



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

12^a AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE AS
BARRAGENS DO ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 06.05.19

INÍCIO: 9h28min

PRESIDENTE: SR. ADELINO FOLLADOR

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e Senhores, bom dia a todos. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia atendendo ao requerimento do Exmº Deputado Estadual Adelino Follador, após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as barragens do Estado de Rondônia. Convidamos para compor a Mesa Exmº Senhor Deputado Adelino Follador, proponente desta Audiência Pública; Exmº Senhor Deputado Ismael Crispin, 1º Secretário da Mesa Diretora; Senhor Daniel Alves de Lima, Diretor Substituto do Departamento e Tecnologia e Transformação Mineral - DTTM, do Ministério de Minas e Energia; Senhor Claudinei Freitas, Coordenador da Engenharia Civil da Energia Sustentável do Brasil - ESBRE. Padre Valdecir Cordeiro, Coordenador

Arquidiocesano das Pastorais, que representa a Arquidiocese de Porto Velho; Senhora Tatiane Leal, Coordenadora de Recursos Hídricos - SEDAM; Senhor José de Arimateia Queiroz, Assessor técnico representando o gabinete do Vice-Presidente Valdivino Crispim, do Tribunal de Contas do Estado; Senhor Valter Silvano Gonçalves, que representa nesta oportunidade o gabinete do Senador Marcos Rogério; Senhor João Marcos Dutra, Coordenador do Movimento Atingidos por Barragens - MAB.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as barragens do Estado de Rondônia.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias)- Pedimos aos que puderem para que por gentileza se coloquem em pé. Ouviremos o Hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim de Araújo Lima e música de José de Mello e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) - Registramos e agradecemos a presença da senhora Anadely Barofaldi, Diretora da Rovema Energia, que representa o Grupo Rovema; Exmº Dr. Eduardo Erthal, Defensor Público Federal; Senhor Carlos Oliveira, Presidente do Conselho dos Leigos e Leigas da Arquidiocese de Porto Velho; Senhor Luis Rodrigues Barbosa, Gerente da Engenharia Energia Sustentável do Brasil; Major Tadeu Sanchez Pinheiro,

Coordenador da Defesa Civil Estadual; Senhor Alcides Flores, Diretor da Divisão de Produção, que representa a Superintendência Federal de Agricultura; Senhor Carlos Oliveira, que representa o Conselho de Arquidiocese de Leigos e Leigas de Porto Velho; Ramiro Patrício dos Santos, Presidente da Associação Comercial da Zona Leste;. Senhor Antônio da Silva, Coordenador da Associação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, muito obrigado pela presença; Senhor Prefeito Moisés Cavalheiro, do município de Itapuã do Oeste, os nossos cumprimentos; Senhor Marcos Paiva, Secretário Municipal de Planejamento, do município de Itapuã do Oeste, quem os acompanha, os nossos cumprimentos. Senhor Evandro Marques, Prefeito do município de Monte Negro, as nossas boas-vindas.

Senhoras e senhores, um relatório divulgado pela Agência Nacional de Águas (ANA), revelou que 22 das 35 barragens de Rondônia têm alto potencial de dano. Dano potencial alto significa que caso a barragem se rompa, poderá causar muitas mortes e grande destruição ambiental e material. No Estado ainda há 15 classificadas como de alto risco. O Governo Federal diz que Categoria de Risco (CRI) alto ou com Dano Potencial Associado (DPA) alto, vão ter fiscalização priorizada no País.

Essa fiscalização será feita em mais de 3 mil locais depois do rompimento da barragem de rejeitos da Vale, em Brumadinho (MG), que até a última quarta-feira (30) causou a morte de 84 pessoas e deixou 276 pessoas desaparecidas.

Ariquemes é o município de Rondônia com mais barragens de alto potencial de dano: 5 de 22. Na sequência aparece Alta Floresta D'Oeste, com quatro unidades e Itapuã do Oeste, com três. Entre as com alto potencial de danos estão às hidrelétricas Santo Antônio, Jirau e Samuel, duas delas localizadas na capital Porto Velho. Embora o potencial de

dano das usinas seja alto, a maioria delas é classificada como de baixo risco para estourar, apenas Samuel, em Candeias do Jamari, tem categoria de risco médio.

As barragens de Rondônia são de produção de energia elétrica, contenção de rejeitos de mineração, dessedentação animal e irrigação, contenção de resíduos industriais e aquicultura.

O Estado tem quatro açudes destinados para contenção de rejeitos de mineração, ou seja, são parecidos com a barragem que rompeu em Brumadinho. Das quatro barragens com rejeitos, três estão localizadas em Itapuã do Oeste e uma em Ariquemes.

Rondônia tem atualmente 35 barragens: 22 são de alto potencial de dano, 4 de médio potencial e 9 de baixo. Entre as de baixo potencial de dano estão: Represa Retiro, em Buritis; Fazenda Tarumã, em Rolim de Moura e Fazenda Alto Capim em Alto Paraíso.

Apenas duas barragens estão nos dois níveis máximos de observação do governo. Barragem Cascavel, em Ji-Paraná e Bom Retiro, em Nova Brasilândia são classificadas como de alto risco e alto dano ambiental.

As 15 barragens consideradas de alto risco: Represa Retiro, em Buritis; Fazenda Santa Carmem, em Porto Velho; Fazenda Tarumã, em Rolim de Moura; Fazenda Alto Capim, em Alto Paraíso; Barragem Lagoa Bonita, em Nova Brasilândia; Barragem Bom Retiro, em Nova Brasilândia; Piscicultura Tapajós, em Ariquemes; Piscicultura Rio Alto, em Buritis; Barragem Cascavel, em Ji-Paraná; Barragem Pica Pau, em Jarú; Barragem Saquarema, em Ariquemes; Barragem Novo Rio, em Theobroma; Barragem Capa Zero, em Castanheira; Barragem Monte Cristo, em Ouro Preto; Barragem Nossa Senhora Aparecida, em Espigão d'Oeste.

As fiscalizações das barragens de dessedentação animal, aquicultura, irrigação e recreação são de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do Estado de Rondônia (SEDAM-RO).

O G1 entrou em contato com a pasta para verificar se está previsto alguma fiscalização in loco nos açudes, mas, até este momento não obteve retorno. Já as hidrelétricas no Estado são monitoradas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A fiscalização, segundo o Governo Federal, vai seguir um cronograma nacional, mas as datas ainda não foram divulgadas.

As barragens de contenção de minério são de responsabilidade da Agência Nacional de Mineração, que também vai seguir o cronograma nacional de fiscalização.

As barragens com alto potencial de dano em Rondônia: Piscicultura Chamego Rural, em Castanheira; Bom Retiro, Dessedentação animal, em Nova Brasilândia; Barragem Uirapuru, em Alta Floresta d'Oeste; Piscicultura Topázio, em Ariquemes; Piscicultura Seiko, em Rio Crespo; Piscicultura Madrios, em Ariquemes; Barragem Cascavel, em Ji-Paraná; Barragem Unir, em Presidente Médici; Barragem Irmãos Gonçalves, em Jaru; Jirau, em Porto Velho; Ângelo Cassol, em Alta Floresta d'Oeste; Cachoeirinha Cachimbo, em Alta Floresta d'Oeste; Figueira, em Alta Floresta d'Oeste; Santo Antônio, em Porto Velho; Samuel, em Candeias do Jamari; Santa Cruz de Monte Negro, em Monte Negro; Jamari, em Ariquemes; Canaã, em Ariquemes; CA01, em Itapuã do Oeste; CA02, em Itapuã do Oeste; Jacaré Médio, em Itapuã do Oeste; PIT-01, em Itapuã do Oeste.

Sua Excelência, Deputado Adelino Follador, com a palavra.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Quero agradecer a presença de todos, em primeiro momento nós iríamos fazer no Plenarinho, mas, mudamos para cá que aqui fica mais fácil para a gente se comunicar com o Plenário. Mas, com certeza, agradecer a presença de cada um de vocês, nós temos aqui a presença do Senhor Daniel Alves de Lima, Diretor Substituto do Departamento de Tecnologia Transformação Mineral, Ministério de Minas e Energia, agradecer a sua presença, para nós é um prazer e através do gabinete também do Deputado Marcos Rogério que nós conseguimos a sua vinda aqui, nós agradecemos. Também nós temos aqui o Claudinei Freitas, Coordenador de Engenharia Civil Energia Sustentável do Brasil, agradecer a presença aqui; o Padre Valdecir Cordeiro, também Coordenador da Pastoral, representando, a Arquidiocese de Porto Velho; agradecemos a presença. Também Tatiane Leal, Coordenadora de Recursos Hídricos, SEDAM, agradecemos sua presença aqui, muito importante; Também o Senhor José de Arimateia, Assessor Técnico, representando o gabinete do Vice-Presidente Valdivino Crispim, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia; o Senhor Valter Silvano, também agradecer a presença, faz parte do gabinete do Senador Marcos Rogério. Também o Senhor João Marcos Dutra, Coordenador do Movimento Atingidos pelas Barragens - MAB.

Então queremos agradecer a cada um de vocês, dizer que nós provocamos e discutimos, aprovamos na Assembleia Legislativa, com o apoio de todos os Deputados Estaduais, quero aqui enfatizar que o Deputado Crispim, Ismael Crispim, que tem sempre dado todo o apoio e também tem muito interesse em discutir este tema e como criou uma expectativa no Estado de Rondônia, Daniel, em cima dessa situação que aconteceu em Minas Gerais chamou a atenção do Brasil todo, essa questão de barragens. E aí como nós tivemos muitas barragens consideradas com risco alto criou

um pânico em certas comunidades, em certas regiões, não só com as barragens das hidrelétricas, mas também com outras barragens que aparentemente não tem nenhum risco, mas estão aqui com risco alto. Então, nós precisamos esclarecer o que é real, precisamos que os órgãos ambientais venham e digam e se tem risco, vamos resolver para não ter mais risco e se tiver risco, se não tiver risco vamos também... Agradecer a presença aqui do Prefeito de Itapuã, que tem várias represas lá no município e tem o Prefeito de Monte Negro, aqui também agradecer a presença. E é muito importante que a gente esclareça isso, por isso, é o motivo desta Audiência Pública, este debate.

Agora, nós vamos ter para usar a palavra aqui o Senhor João Marcos Dutra, Coordenador do Movimento dos Atingidos pelas Barragens - MAB, para começar a sua palestra neste momento e depois nós vamos passar a palavra a todos da Mesa e também está sendo inscrito o pessoal do Plenário que depois quer se manifestar.

O SR. JOÃO MARCOS DUTRA - Bom dia a todos. Cumprimentar as autoridades da Mesa, agradecer a Casa por organizar esta Audiência e cumprimentar principalmente os atingidos que estão aí nas cadeiras, que vieram aqui hoje para saber sobre a segurança das barragens em Rondônia. Tinha muita gente querendo vir, a gente queria trazer bastante gente, só que a gente não teve tempo hábil para conseguir trazer, mas com certeza se fosse possível, este Plenário ia estar lotado. E também lamentar que a ANEEL, ela não se fez presente, que é a Agência Reguladora responsável pela fiscalização de segurança em hidrelétricas, ela teve pouquíssimo tempo aqui em Rondônia, a gente tentou via alguns gabinetes da Assembleia, na Câmara Federal e pelos Ministérios Públicos, participar da

fiscalização ou no mínimo conversar com a ANEEL, nessa vinda dela aqui em Rondônia, mas ela não aceitou, ela não vem aqui desde 2016 fazer nenhuma fiscalização in loco e mesmo vindo muitos anos depois de volta para cá, ela não aceitou conversar com a sociedade. Eu queria primeiro dizer que o MAB, ele vem cobrando insistentemente os Planos de Segurança de Barragem desde 2014, quando teve o desastre aqui no Rio Madeira. Mariana e Brumadinho foram desastres; mas o que aconteceu aqui em 2014 também não é diferente, não teve vítimas mortais naquele momento, mas destruiu a vida de milhares e milhares de pessoas, inclusive algumas delas que até hoje não tem casa de novo para morar, não tem terra para trabalhar, estão aqui no Plenário. Então, a política nacional de segurança de barragens, apesar de ser uma política muito importante, ela demorou muitos anos, demorou muito tempo para ser criada, ela chegou tarde; tem uma imensa quantidade de barragens em todas as regiões do Brasil para múltiplas finalidades, mas, só 2010 que o Governo instituiu uma política para cuidar de segurança de barragens e só em 2015, 2016 que as agências de fiscalização fizeram as regulamentações para que as barragens comesçassem a se enquadrar na política de segurança. Então, um dos problemas que a gente tem na fiscalização de barragens é a grande defasagem em relação ao que a gente tem para acompanhar e o que de fato hoje as agências conseguem acompanhar; muitas e muitas barragens não têm os dados sobre a barragem, não é?! Há pouco tempo a agência estava identificando ainda empreendedores de algumas barragens, como é o caso, por exemplo, das PCH's do Grupo Cassol aqui em Rondônia, onde nem o Sindicato dos Trabalhadores do Setor de Operação, tem informação nem da quantidade de funcionários que tem dentro da barragem e por isso que automaticamente a Política Nacional de Segurança de Barragens, classifica como alto risco aquelas barragens

que não forneceram as devidas informações para o Sistema Nacional de Informações. E a gente tem uma fragilidade muito grande na fiscalização, parecida com o que acontece no Licenciamento Ambiental. Ela é concentrada em Brasília, as agências: a ANEEL, a ANA e Agências de Minerações ficam lá, a quantidade de técnicos é muito pouca; então, eles vão muito pouco aos locais das barragens, eles fazem o acompanhamento que é remoto, à distância, e ficam de certa forma reféns das informações dos próprios empreendedores. Na teoria quem tem que apresentar as suas vulnerabilidades, são os próprios empreendedores e a classificação da barragem, ela fica de certa forma, dependente destas informações que os empreendedores fornecem. E a gente sabe, que os empreendedores, por exemplo, no caso de Jirau e Santo Antônio, constantemente apresentam informações bastante contraditórias, conforme convém aos interesses do empreendimento. A própria Santo Antônio Energia, está num momento de transação econômica, ela está negociando os ativos dela da Odebrecht, a CEMIG com a Empresa Estatal Chinesa do setor elétrico a State Power Investment Corporation. Essa Empresa, a Santo Antônio Energia, no momento dessas negociações, ela não vai voluntariamente apresentar suas fragilidades para desvalorizar os seus ativos, a sociedade, tem que qualificar as informações do Sistema Nacional de Segurança de Barragens e qualificar os planos, além disso, a gente sabe o caráter dessas agências. Se a ANEEL, fosse realmente uma agência técnica, a gente não estaria com as contas de energia explodindo como estão aumentando ano após ano sistematicamente. A Política Nacional de Segurança de Barragens, ela diz que o poder público, ele tem que criar na sociedade uma cultura de segurança de barragens, por isso os planos de segurança, eles devem ser amplamente divulgados, é uma pauta que o MAB tem cobrado há muito tempo, alguns anos já. Apesar de a

gente ter cobrado esse plano de segurança de barragens e a divulgação, a empresa que é segundo a Lei, junto com as defesas civis e os municípios, tem que divulgar o plano de segurança, ela apresentou para os municípios, para as defesas civis, para as agências, e não apresentou nas comunidades. Até hoje as comunidades, não tem conhecimento desse plano de segurança, mas, especificamente do plano de ação de emergência que diz o que tem que ser feito numa situação de emergência. Os planos, por exemplo, eles dizem quais seriam as comunidades inseridas nas zonas de autossalvamento, serão aquelas comunidades no vale a jusante imediatamente após a barragem que no caso de rompimento provavelmente não haveria tempo hábil para algum resgate externo, e elas mesmo teriam que se salvar; elas teriam que estar treinadas, capacitadas para saber o que fazer numa situação de emergência. Quem eu estou vendo aqui da plenária que são das comunidades, eu sei que estão na zona de autossalvamento. Só que, como é possível um plano de ação de emergência dá certo se nem os Bombeiros Civis, que estão nas comunidades, os comunitários que atendem, apóiam a Defesa Civil, conhecem esses planos? Na verdade ninguém tem conhecimento desses planos. Então, não tem a possibilidade de eles darem certo, seria repetir o que aconteceu lá em Minas Gerais, onde não tinham sirenes, não tinham equipamento de segurança, a comunidade, não sabia o que fazer numa situação de risco. Então, isso é uma das principais exigências nossa, é colocar em prática o Programa de Educação e Comunicação de Segurança de Barragens, principalmente aqui na região de Jirau e Santo Antônio. E a gente acha que é muito perigoso deixar que o próprio empreendedor elabore e execute esse plano de educação e comunicação, é deixar a raposa cuidar do galinheiro, a gente já vê o tanto que o povo aí pena para conseguir sua justa indenização. Então, não seria adequado,

a gente repetir o mesmo erro do licenciamento e deixar o programa de comunicação na mão do empreendedor. O Poder Público, a Defesa Civil, os Municípios, a Defesa Civil Estadual, Ministério Público, eles deveriam elaborar esse plano e deixar que o empreendedor simplesmente pague o seu custeio, não é? E já está previsto agora depois do dia 13, uma reunião da Defesa Civil de Porto Velho, Ministério Público Federal, para a gente discutir e qualificar os planos a partir das suas fragilidades. Os planos de Jirau e Santo Antônio, por exemplo, eles não estão de acordo com o termo de referência elaborado pela ANA, para os empreendedores fazerem plano de segurança de barragens. Uma coisa básica que não consta no plano, é a lista dos contados que seriam feitos nas comunidades numa situação de emergência. Quem seriam as primeiras pessoas para quem a gente iria ligar para fazer o sistema de alerta da comunidade? A gente não tem essas listas, essas referências, e também não tem o plano de treinamento, que seria o meio de executar a comunicação e educação e segurança de barragem prevista pela política nacional. Sobre o risco ou não das barragens romperem, sobre essa classificação de risco, é preciso fazer um esclarecimento. O risco da barragem, ele é deduzido a partir de várias variáveis, então, as agências criaram uma matriz de classificação. A categoria de risco que é uma das variáveis que foi aqui mencionada, ela diz respeito à estrutura da barragem em si, qual é o tamanho do barramento que foi feito? Qual é o material que ele foi feito? Se for de concreto, se a estrutura geológica da região de onde o barramento foi feito ela é resistente, seria a possibilidade da barragem de se romper. E tem o potencial de dano associado, que diz mais respeito às características do território, do entorno desse barramento. Por quê? Porque existe a possibilidade da barragem romper, mas, existem

outros riscos para além da possibilidade da barragem romper; existe a possibilidade, por exemplo, do preço da energia no mercado financeiro e das chuvas, influenciarem na operação do reservatório e no regime de remanso de cheias. Então a gente tem um risco aqui relacionado às enchentes, assim como houve em 2014. Por que é que existe esse risco aqui? Bom, primeiro porque o licenciamento de Santo Antônio e Jirau foi uma colcha de retalhos. Teve eixo de barramento que mudou 09 quilômetros depois do leilão; teve seis turbinas que foram ampliadas aqui na frente de Porto Velho, mesmo com toda orla da cidade desbarrancando; e o início de desbarrancamento do Triângulo foi logo depois do início da operação das duas primeiras turbinas de Santo Antônio. Então tem vários efeitos para além da possibilidade da barragem romper. E quem afirma isso é a Agência Nacional de Águas, que após 2014 obrigou os empreendedores a calibrar os estudos de Remanso, por isso a gente tem uma área de risco lá em Jaci Paraná no entorno do lago, que é a área de proteção contra efeitos de remanso. A empresa apresentou o estudo de remanso, não reconheceu a área apresentada no próprio estudo da empresa, entrou com recurso administrativo da Agência Nacional de águas, e depois apresentou um novo estudo em tempo recorde diminuindo essa área de segurança, ou seja, ela mesma produz o estudo, quando vem à exigência da empresa ela faz outro estudo confrontando os dados que ela mesma tinha apresentado antes para diminuir a segurança. Isso também foi determinado para as BRs, os trechos que foram inundados eles deveriam ter sido erguidos, não é? O Acre ficou muito tempo isolado por conta do inundamento da BR. Os trechos que foram inundados e que desde 2015 deveriam ser erguidos, eles ainda não foram, e o Distrito de Abunã quase na sua totalidade vai ter que ser remanejado por determinação de segurança da Agência Nacional de Águas. A Agência Nacional

de Água chegou ao ponto de entrar na Justiça Federal para conseguir que a Jirau cumprisse com as determinações de segurança em Abunã. Olha a diferença da situação aqui e da situação em Mariana, em Brumadinho. Lá as empresas conseguiram todas as autorizações oficiais; aqui a gente tem uma agência reguladora entrando na Justiça Federal, implorando para que as Medidas de Segurança contra enchentes e efeitos de remanso sejam cumpridas. E tudo isso foi alertado antes da discussão aqui insistentemente sobre o aumento do Lago da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, não é? Porém, boa parte dos deputados da Casa não levou a sério a questão da segurança, não é? O Deputado Adelino, Deputado Jesuíno, Deputado Lazinho, Deputado Léo Moraes, alguns tentaram segurar a aprovação do aumento do lago para a gente fazer uma discussão mais ampla, inclusive sobre isso aqui. Mas alguns deputados quiseram correr com o Projeto, não é?! Por outros interesses. Inclusive até alheios ao município de Porto Velho.

Outro dado muito importante é que tem um estudo científico muito bem feito com cinco pesquisadores americanos e uma brasileira da Universidade de Brasília, com imagens de dados que chama Landsat, são imagens de satélite, cota a definição da superfície terrestre onde eles pegam uma série de dados de 2009 a 2015, mais ou menos, acompanhando a expansão dos reservatórios de Jirau e Santo Antônio. E eles avaliaram que houve um crescimento, além do apontado no EIA/Rima de 64,5% da área alagada, não é? Isso é um erro de mais de 50%. Então, será que a gente realmente tem segurança nos dados sobre remanso e sobre a área dos reservatórios de Jirau e Santo Antônio? Isso deveria ser algo que deveria ser muito bem acompanhado pela sociedade, para que a gente não dependa das informações dos empreendedores. A gente sabe que a tecnologia para construção de hidrelétrica ela é uma tecnologia que foi

criada para implementar em países temperados, onde o solo é rochoso onde tem... Como acontece nas hidrelétricas no sul. Que são feitas em vales, onde tem rochas. Então o reservatório ele fica bem definido no local onde ele foi planejado. Agora, nossa região a gente tem um solo arenoso e argiloso. Aqui a água é mais firme do que o solo. Então a gente está tendo um processo contínuo de modificação da vegetação entorno do reservatório. Quem anda de barco vê aqueles paliteiros, aquelas árvores sem folhas tudo já morrendo em volta do lago. Onde a vegetação morre fica a areia aqui, essa areia ela é levada com a correnteza, e essa areia vai para o fundo do reservatório, então com o tempo o processo de assoreamento ele vai causando uma ampliação do lago. A gente não sabe exatamente qual vai ser a definição do espaço do reservatório. Então por causa disso o dano potencial associado as barragem de Jirau e Santo Antônio é muito elevado por isso elas são barragens de alto risco e independente da possibilidade de rompimento, ou não das barragens, tem que ser tomado todos os cuidados e a gente tem que acelerar a implementação de um programa de comunicação em educação nas áreas lá atingidas. Quem tem mais interesse de saber o que fazer numa situação de desastre são os atingidos. E os planos foram apresentados pelas autoridades e não foram apresentados para o povo.

Por último, eu queria dizer o seguinte: a gente tem um fator de risco, aqui em Jirau e Santo Antônio que não existe, eu acho que em nenhum outro lugar do Brasil, porque geralmente quando você tem uma sequência de hidrelétricas numa bacia hidrográfica, os operadores das hidrelétricas que estão em sequência é o mesmo, por que o Ministério de Minas e Energia, por que o Governo faz isso? Porque quando você tem o mesmo operador em várias usinas na bacia, você tenta operá-las de forma harmônica, para gerar o máximo de

energia possível com sistema interligado e, também, para manter as medidas de segurança. Porém, aqui em Jirau e em Santo Antônio, a gente tem duas usinas numa escala enorme, uma ao lado da outra, com operadores diferentes e, a gente sabe que tem brigas homéricas entre Jirau e Santo Antônio. Eles não se entendem na hora de operar as barragens. E quem está no meio dessa briga, dessa disputa de quem vai gerar mais energia, são as comunidades. Quem está no meio dessa briga são as comunidades. Não à toa, em 2014, quando teve enchente aqui, tinha uma crise hídrica em São Paulo, onde tem boa parte do nosso parque de geração elétrica. Os reservatórios das barragens, das hidrelétricas lá estavam vazios e o preço da energia no mercado financeiro, que no mercado cativo estava de R\$ 120 mega, passou por 820. Um banco, o BTG Pactual, lucrou muito especulando a energia de Santo Antônio durante a cheia de 2014. Por isso, a água ficou tão acumulada no reservatório, porque liberar a água era perder dinheiro. Então, entre ganhar muito dinheiro e colocar as comunidades em risco, já que de 2014 até hoje as empresas não foram punidas, é porque o desastre ambiental dá lucro e tem valido a pena.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Essas são as palavras, então. Nós temos aí, o Dr. Valter Silvano.

O SR. VALTER SILVANO - Bom dia. Infelizmente, o Senador não pode estar aqui, porque ele foi convocado para uma reunião hoje lá no Congresso. Mas, ele como Presidente da Comissão de Infraestrutura, esse assunto é constante, o nosso amigo aqui do Ministério da Energia sabe como é que isso está em pauta lá no dia a dia. Mas, circunstancialmente, eu fui com ele sexta-feira, ali no DNPM, até para ver questão de, da cooperativa lá de

Ariquemes, lá que ele esteve numa reunião, que tem projeto de lavra com 08 anos de atraso e tal. E, nós fomos lá, no DNPM, e o DNPM não tem não tem um geólogo. E Rondônia, se não me engano, é o quinto ou sexto Estado em barragens. E o departamento aqui não tem um geólogo. Aí, o nosso representante do Ministério de Minas e Energia, já é um assunto a tratar, porque o CPRM do lado tem 08, mas só que, quem fiscaliza é o DNPM, e não tem um geólogo, mais de 80 barragens. Mas, com certeza, ele muito preocupado com isso, até por ser Presidente da Comissão, e essa questão, eu sou mineiro, perdi até um sobrinho nessa barragem lá de Brumadinho, foi uma catástrofe isso. Infelizmente, só vieram à tona todas essas questões depois desses dois desastres lá de Mariana e Brumadinho. Eu espero que, o que o João falou aqui, o Ministério de Minas e Energia e os órgãos competentes de fiscalização, ajam mais nesse sentido de prevenção. Porque, depois que acontece não tem como reverter o dano. Então, que realmente aumente essa fiscalização de prevenção e não esperar acontecer os desastres. Obrigado.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Eu quero aqui, registrar aqui a presença também do Deputado Anderson, com certeza também é um batalhador nessa luta. Então, com a palavra agora, o senhor José de Arimateia, Assessor Técnico, representando o Gabinete do Vice-Presidente do Tribunal de Contas, Valdivino Crispim.

O SR. JOSÉ DE ARIMATEIA - Um bom-dia a todos. Representando aqui O Conselheiro Valdivino Crispim, do Tribunal de Contas. Cumprimentar a Mesa, perdão. O Tribunal de Contas, em que pese ser um órgão da esfera estadual, ele tem procurado qualificar seus membros nas áreas de sustentabilidade, devido aos desafios dos objetivos do

desenvolvimento sustentável da ONU, há ações do TCU forte, nessa área. E, aqui já fica uma informação que, às vezes, é um pouco deturpada. Sustentabilidade não é só a questão ambiental, é a questão social, por exemplo, no caso, aqui o impacto das pessoas que vivem entorno dessas barragens. É a questão econômica, e a economia aqui, não é somente a economia de explorar os recursos naturais pelas empresas, não. A economia de sustentabilidade é economia do meio. O que essas pessoas, que foram afetadas pelas barragens deixaram de produzir, como isso afetou a vida delas? E sobre essas matrizes, o Tribunal tem qualificado seu corpo e, hoje, aqui nesta Audiência Pública, representando o Conselheiro e o Tribunal, fico bastante feliz em saber que, já há iniciativa na formação de rede de governança para que haja a adoção de medidas sustentáveis, em relação a essas barragens. E, eu vim aqui também para fazer um levantamento das explicações dos órgãos competentes e dos representantes da sociedade civil organizada para levar essa preocupação para o Tribunal de Contas, na pessoa do Conselheiro Crispim que tem pesquisas nessa área. E como é que se dá a atuação do Tribunal de Contas? Já que é um órgão estadual e a concessão da exploração de minérios, a concessão de barragens para produção de energia elétrica é da esfera federal. Se dá também na rede de governança junto com o TCU, tem ações do Tribunal de Contas com o TCU nessa área, então no apoio por ser um órgão regional que conhece a realidade local. E é isso, eu deixo essas breves informações aqui em relação ao Tribunal de Contas, e a preocupação que o órgão tem com a questão da sustentabilidade para o benefício das populações que vivem entorno dessas barragens e a preocupação com a criação de políticas, programas, planos e projetos, porque não adianta a gente discutir numa audiência pública as questões macros e não pensar na implementação de políticas, na criação de

programas para implementar essas políticas e planos regionais. E por fim tem que criar o projeto. Se o representante do MAB falou aqui da questão do plano de segurança, é necessário criar o projeto, também não vejo como desprezar a realização, como Auditor que sou também, a realização de auditorias independentes por essas empresas, Santo Antônio e Jirau para verificar a questão da segurança dessas barragens.

Então creio que auditores independentes também têm confiabilidade que pesem as falhas que aconteceram em Brumadinho, a gente não pode desprezar trabalho dessa natureza também. E é isso. Obrigado a todos.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Agradeço suas palavras.

Quero registrar também a presença aqui do senhor Salatiel Rodrigues, Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado de Rondônia. Também a senhora Helma Amorim, Prefeita do município de Alto Paraíso, aqui presente. José Raimundo, assistente de Gestão da Defesa Agropecuária, representando o IDARON, também está presente aqui. Pastor Rozan, Comissão dos Atingidos Pelas Cheias. Agradecer a presença também dos membros da Comissão de Atingidos pelas barragens.

Agora com a palavra a senhora Tatiane Leal, Coordenadora de Recursos Hídricos - SEDAM.

A SRA. TATIANE LEAL - Bom dia a todos. A Sedam, ela tem cumprido a sua tarefa relacionada ao cadastramento das barragens de uso múltiplo da água que são relacionadas à atividade de piscicultura, questão de dessedentação animal,

lazer, entre outras. A COREH - Coordenadoria de Recursos Hídricos da SEDAM, ela vem atuando através de um servidor, que é o chefe de segurança de barragens. Nós temos apenas um servidor que trabalha com apenas um motorista para auxiliar nos trabalhos e desde 2014, ele técnico vem realizando cadastramento das barragens de uso múltiplo, atualmente nós temos 82 barragens cadastradas e este ano, nós temos um planejamento para fiscalização de 48 barragens, essas barragens estão sem documentação e sem responsável técnico, então por isso foram selecionadas essas 48 barragens e geralmente elas estão abandonadas. Nós seguimos duas normas estaduais, a Instrução Normativa 003/2018 que dispõe sobre a outorga de barragens e temos também a Portaria 379/2017, que dispõe sobre a segurança de barragens em âmbito estadual. E aí seguimos a Lei Federal 12.334/2010. Bom, foi relatado no início do evento que nós temos barragem de alto dano, alerta de dano potencial alto e alto risco. No âmbito da Sedam, essas barragens estão com esse alerta devido à falta de documentação, essencialmente esse foi o critério da ANA, selecionado para definir alto risco e potencial alto. Bom, depois de feitos os cadastros dessas barragens, das 82 barragens, esse ano nós vamos fazer a fiscalização para fazer a notificação desses responsáveis das barragens para que eles se regularizem com relação a documentação que está faltando, para que essas barragens possam sair desse alerta, desse dano potencial. E são essas atividades que nós vimos realizando e eu estou à disposição para responder algum questionamento que vier da plateia, aí da Mesa. Obrigada.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Agradecemos as palavras. Agora nós temos aqui o Padre Valdecir Cordeiro,

Coordenador da Pastoral, representando a Arquidiocese de Porto Velho.

O SR. VALDECIR CORDEIRO - Bom dia a todos, estou representando a Arquidiocese de Porto Velho, a pedido de Dom Roque Paloschi, que é o nosso Arcebispo, ele não pôde se fazer presente e manda a sua saudação aqui à Mesa, pede desculpas por não poder se fazer presente a esta Audiência Pública, em razão de ele estar em São Paulo, na Assembleia Geral da CNBB.

Eu estou aqui porque acredito, nós como Igreja, acreditamos no MAB, no Movimento de Atingidos por Barragens. Esse movimento popular tem nos ajudado a compreender a problemática das barragens, não somente aqui no nosso Estado, mas, no nosso País. É um movimento bem formado, com excelente conhecimento desta realidade de todas as dimensões que é presente na problemática da construção de barragens. Então, a gente está aqui porque de fato nós acreditamos no controle social que este movimento formado por pessoas simples, mas, pessoas muito engajadas representam para nós. Então, é uma contribuição de suma importância.

Eu estou aqui porque a nossa Arquidiocese que tem mais de 900 comunidades tem suas Pastorais Sociais articuladas pela Comissão Justiça e Paz, que é presente na Igreja do mundo inteiro. Nós temos a Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz, presidida pelo Padre José Geraldo, mas conhecido como Padre Juquinha.

Portanto, nós queremos reforçar aqui a importância da atuação desse movimento junto aos atingidos, porque é a parte frágil da sociedade que é representada por esse movimento.

E nós estamos aqui obviamente porque acreditamos também no Poder Legislativo e parabenizamos a Presidência desta Casa e o Deputado Adelino Follador que convocaram esta Audiência Pública para debatermos este assunto da maior relevância para a nossa sociedade. Nós acreditamos na democracia, e democracia significa deixar o povo falar e informar o povo de tudo aquilo que está sendo feito. Nós temos acompanhado aqui em Rondônia, como foi feito o debate em torno da construção do projeto das duas Usinas aqui do Madeira, como tudo isso foi conduzido em Audiências Públicas muito frágeis, do ponto de vista da escuta real do povo. Então, o povo não tem sido realmente ouvido e nós precisamos deixar isso muito claro, Audiências Públicas, não estou me referindo a esta, mas lá no contexto ainda de discussão se deveria ser construída ou não a usina, ou as usinas e Audiências praticamente dominada por técnicos em que o povo não tinha efetivamente voz. Então, a gente traz isso aqui, nós não podemos deixar se repetir isso no contexto desta temática aqui que é da segurança das barragens. O povo deve conhecer este Plano de Segurança, o povo, a população, sobretudo, os atingidos devem tomar conhecimento do Plano de Emergência, o MAB tem nos chamado atenção para isso. Nós não podemos brincar de democracia, é a vida do povo e eu falo aqui em nome da nossa igreja, em nome do Arcebispo de Porto Velho. Nós não somos perfeitos como igreja, mas nós queremos deixar claro isso aqui, nós temos um compromisso com a vida, os órgãos públicos, a Agência, a ANA, a ANEEL, todos os órgãos públicos eles devem ser equipados, eles devem ser aparelhados para exercer o controle, a fiscalização in loco, eu estou surpreso com o que o MAB expôs aqui, é muito grave, fique claro isso, que os órgãos públicos não estejam fazendo a devida fiscalização in loco, isso é grave, eu gostaria que ficasse registrado. Que somente os empreendedores forneçam

os dados técnicos isso é submeter o interesse público aos interesses do mercado. Isso não pode acontecer. Então, a gente vem aqui para dizer: nós acreditamos nos movimentos populares, o MAB é um movimento popular, é o povo que se organiza, nós acreditamos neles, nós queremos apoiar esta parte da população que se organiza, não podemos criminalizar esses movimentos, nós acreditamos na democracia e democracia não deve ser simplesmente uma democracia muito reduzida conduzida por tecnocratas, por uma pequena representação do povo, tem que criar os mecanismos efetivos para que o povo seja ouvido e isso deve se traduzir em transparência, o povo tem de conhecer todos os dados, nada pode ser escondido e fiscalização efetiva.

Então, fica aqui o recado do nosso Arcebispo Dom Roque, o meu recado como Coordenador de Pastoral da Arquidiocese de Porto Velho.

Finalmente, eu quero agradecer aqui a oportunidade e desejar que este assunto seja conduzido no diálogo, na transparência e que as autoridades competentes sejam exitosas na sua missão.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Agradecer as suas palavras Padre. Nós agora temos também o senhor Claudinei Freitas, Coordenador de Engenharia Civil, Energia Sustentável do Brasil, com a palavra.

O SR. CLAUDINEI FREITAS - Bom dia a todos, cumprimentar todos os presentes, em especial à Mesa. Hoje é um dia importante, a gente gostaria de parabenizar o Deputado Adelino pela iniciativa, entendemos que é uma iniciativa nobre no Estado de Rondônia, a partida de uma

Audiência deste nível para discutir a segurança de barragens no Estado. Bom, nós da Energia Sustentável do Brasil, eu gostaria, trouxemos aqui uma apresentação muito breve para vocês também. Mas, de certa forma para discorrer um pouco, também para compor esse entendimento das barragens do setor elétrico brasileiro, tá ok?! Vou pedir para passar. A gente preparou aqui rapidamente, é uma síntese, uma evolução dos PAEs pelo mundo, a Lei 12.334, a Política Nacional de Segurança de Barragens; os aspectos da Lei e o PSB, que é o Plano de Segurança de Barragem; na verdade que os empreendedores têm que elaborar; e por fim, o Plano de Segurança de Barragem de Jirau também, para a gente compor esse entendimento. Então, o que é um desastre? Na verdade, é um resultado de eventos adversos provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável. Está certo? Então, ele pode ser terremoto, deslizamentos, tsunamis, furacões e inundações. No nosso caso, a gente vai, vai no sentido das inundações, elas podem ser naturais ou provocadas pelo homem e provocadas pelo homem, a gente vai diretamente as barragens, está ok. Então, as barragens reservatórias, mundialmente eles servem para fazer a regularização das vazões e amortecimentos de cheias, tá. Existem também em todas as barragens quando se instalam, existe aí o aumento do número de pessoas vivendo ao longo desses empreendimentos, inclusive dos vales e dos reservatórios também que são formados por esses "barramentos". Existe também uma migração natural das populações urbana, no sentido de estar ocupando esse vale de maneira também desordenada. Então, existe, naturalmente existe uma elevação dessa vulnerabilidade nessas áreas de jusantes e por consequência, uma capacidade potencial aí de causar danos a esse vale de jusante, uma vez que tem pessoas ocupando esses vales. Então, o setor elétrico brasileiro e o setor elétrico mundial, no Brasil nós

tivemos o acidente de Euclides da Cunha, foi um dos grandes, um dos grandes, vamos dizer assim, um dos grandes incentivadores para esse desenvolvimento dessa regulamentação nacional que nós temos hoje. Mundialmente, os acidentes, quando nós fazemos uma pesquisa no CDBB ou no iCODE, nós vamos encontrar aí o cenário mundial. Qual que é o histórico desses acidentes de barragens no mundo. Então, o setor elétrico na verdade, 1% de todos os acidentes no mundo, são atribuídas às hidrelétricas, está certo. E o restante a outros tipos de barramento. Então, por que 1%? Porque o setor elétrico, praticamente as barragens de geração de energia, naturalmente a matéria prima é a água. Então, por conta disso, existe um amadurecimento na verdade dos empreendedores e dos procedimentos e práticas que levam a esse baixo percentual de acidentes aí pelo mundo, inclusive até no próprio Brasil. Só que quando acontece, nós vamos explicar para vocês logo à frente, é o que estava sendo colocado pelo nosso amigo João Marcos, danos, tem danos muito elevado e essas barragens naturalmente elas precisam da elaboração dos Planos de Ação de... Como foi essa evolução então desse Plano de Ação pelo mundo? Então, mundialmente a evolução, até os anos 50 na verdade, existia pouca regulamentação, a segurança era restrita, na verdade era restrita somente a barragem, sem incluir essa hipótese de eventual ruptura, de um cenário de acidente como a ruptura da barragem. Na sequência, houve uma evolução mundial também até os anos 90, "culturas" importantes, os anos 50, 60. Aí, iniciou-se nos Estados Unidos, em outros países da Europa, o desenvolvimento aí de leis específicas, nos Estados Unidos, e também na Europa. Então, iniciou-se na verdade essa visão de que a segurança deve ser vista no conjunto vale/barragem. Então, começa a pensar em planos de emergência; então, estudos de áreas inundáveis e danos esperados. Então, quando a gente olha, houve um

amadurecimento desde os anos 50 mundialmente com relação a evolução desses, da necessidade de se compor a segurança, incluindo esses vales de jusantes e naturalmente hoje nos anos 2000, existiam revisões de legislações mundialmente, tem também as mudanças climáticas e também a sociedade hoje conta com as novas tecnologias e a informação, a sociedade hoje, ela está mais preparada e exigente, como colocado pelo nosso amigo João Marcos, aí. Então, no Brasil, houve então como mencionado rupturas importantes aí que foi no caso a Usina Hidrelétrica de Euclides da Cunha, no Estado de São Paulo, e que de certa forma estartou essa preocupação nacional da engenharia de segurança de barragem e elaborasse uma Lei, para enquadrar esses barramentos aí no país, ou seja, criar uma métrica no país de tal sorte que seja possível na verdade estabelecer critérios de acompanhamento e monitoramento dessas barragens. Então, em 2010, houve então a aprovação da Lei 12.334, de Segurança de Barragem. Cabe lembrar aqui que os anos 80, o Brasil viveu o apogeu na verdade das grandes construções de hidrelétricas, anos 70, 80, o Brasil, foi uma referência mundial em engenharia de barragem. Então, naturalmente por conta disso existia então, um grande conhecimento de construção e de certa forma, não havia na verdade a preocupação de que esses barramentos ao longo do tempo demandassem aí a necessidade de um monitoramento. Hoje então, barragem dos anos 70, 80, 50, inclusive no país existe hoje a preocupação de está se acompanhando. Então, a grande massa dos engenheiros da classe de segurança de barragem, e da engenharia de barragem do Brasil, também direcionaram esforços no sentido aí de estar amadurecendo uma lei, e que foi em 2010, sancionada.

Bom, aqui a Lei de Segurança de Barragem, então, quando ela foi elaborada em 2010, aqui a gente tem um arranjo esquemático dessa política nacional de segurança de

barragem. Então, é normal a gente entender que existem várias autoridades que fiscalizam essas barragens, só que no artigo 5º, incisos I, II, da Lei 12.334, ela traz as atribuições dos agentes fiscalizadores. Então, esse arranjo, esse desenho de maneira geral, nós temos numa ponta ali a ANA, e os Órgãos Estaduais, no meio a ANEEL, o DNPM que é o Departamento Nacional de Produção Mineral, IBAMA, e outros Órgãos Estaduais aí, que fiscalizam barragens aí também da indústria inclusive, de rejeitos industriais. Então, a arquitetura da Lei, o Conselho Nacional dos Recursos Hídricos, quando se criou na verdade esse texto que, essa arquitetura da Lei, delegou atribuições a ANA, a Agência Nacional de Energia Elétrica, ao DNPM, inclusive ao IBAMA, e as Agências Estaduais, a fiscalização e o cadastramento de todas as barragens do Brasil. Nós tínhamos mais de sete mil, quase chegando sete mil e oitocentos espelhos d'água, no primeiro momento, nós acompanhamos todo esse desembaraço dessa elaboração da Lei, e para facilitar, inclusive direcionar as especificidades a cada agente fiscalizador, foi dividido então, ficou atribuída então a cada uma das agências a fiscalização. Então, é basicamente da seguinte forma; os proprietários na verdade, eles são responsáveis pelas hidrelétricas, inclusive em especial do setor elétrico, nós temos ali as hidrelétricas, e todas elas devem elaborar então, o plano de segurança de barragens, que é um conjunto de documentações que o empreendedor na condição de responsável pelo empreendimento, inclusive do vale de jusante, ele deve elaborar. Então, é um conjunto enorme de documentações, de planos e procedimentos que devem ser seguidos por cada empreendedor do setor elétrico brasileiro, isso se estende a ANA, em especial aos reservatórios por ela fiscalizados, as Agências Estaduais, e também ao IBAMA. Então, quando essa estrutura começa a operar, o empreendedor na verdade

todo mês, na verdade no caso de Jirau, ou toda a regulamentação, solicita que a cada ano seja elaborado um relatório de segurança de barragem. Só que todos esses procedimentos que fazem parte do plano de segurança, esses relatórios inclusive incluso nisso, ele é apresentado a ANEEL, no nosso caso, e a ANEEL, todo ano, eu vi agora o comentário do João. A ANEEL, todo ano, disponibiliza para ANA, que a ANA, consolida um relatório nacional das barragens do Brasil, está certo, e coloca no SNISB, que o Sistema de Informação Nacional de Segurança de Barragem, para que isso? Por que disso? Então, esses quatros agentes fiscalizadores, eles recebem, na verdade, eles recebem dos empreendedores todos esses relatórios que são elaborados mensais, semestrais ou anuais, conforme estabelece essa regulamentação e disponibiliza isso a ANA, para que a ANA consolide um relatório nacional e disponibilize a sociedade. Então, é assim; a sociedade, o objetivo da política nacional de segurança de barragem, é dar publicidade a sociedade a todos os empreendimentos do país. Então, o SNISB, hoje, ele pode ser acessado, a ANEEL, inclusive nesse mês de abril, consolidou o relatório do ano passado de 2018, e já elaborou, então, ela já informou a ANA, e além de informar a ANA, que coloca no SNISB, que vai ali para a sociedade ter conhecimento, ela também direciona isso ao Congresso Nacional, e chega até ao Presidente da República. Então quando a gente fala da política nacional de segurança de barragem a ideia que a sociedade tenha tem acesso a todas as informações através do Sistema Nacional de informação de segurança de barragem que é o SNISB. Então uma vez do Empreendedor com a função de responsabilidade do empreendimento, ele na verdade consolida esses relatórios e isso é na verdade público para a sociedade. O que falta na verdade é um amadurecimento uma divulgação Ampla de informação para a sociedade e para se chegar até essas

informações. Então mais uma vez é muito nobre a audiência que hoje é direcionada aí pelo Deputado Adelino, acho que isso é uma informação extremamente importante e relevante que é importante ser divulgado em cada oportunidade que tenhamos aí no país, então essas informações elas seguem aí, essa é na verdade a essência da política nacional de segurança de barragem, ou seja, a sociedade, ela deve ser informada o tempo todo inclusive pode consultar o tempo todo, o que acontece que também, como citado pelo João, houve aí de certa forma um atraso nas regulamentações por parte das agências, mas que em 2015, por exemplo, a ANEEL regulamentou e hoje o fluxo já funciona de maneira natural. Então, o plano de segurança de barragem que é aquela série de documentações que a gente tem ali embaixo, que o empreendedor é o responsável. O que compõem o plano de segurança de barragem? Nós, por várias vezes já ouvimos falar assim: 'olha, solicitamos que seja apresentado o plano de ação de emergência. O plano de ação de emergência tudo bem, é um plano que ele é disponível sim aí as autoridades, agora, já tivemos várias situações de solicitações do plano de segurança de barragem. Ora, o plano de segurança de barragem é um conjunto, é um arcabouço de documentações que engloba desde o projeto básico projeto executivo e as built de todas as construções que fica disponível no empreendimento para consulta a qualquer momento dos agentes fiscalizadores, então lá dentro do plano de segurança de barragem inclusive onde tem vários volumes e um desses volumes é um plano de ação de emergência, então é comum haver a confusão do plano de ação de emergência plano de segurança de barragens. O plano de segurança de barragem o arcabouço de documentações definido pela lei, tá certo, pela normativa da lei de maneira sistêmica que o empreendedor deve ter no empreendimento, inclusive, claro, empreendimentos que, como

bem colocado, muitos antigos, talvez, tenham tido dificuldades em reunir todas essas documentações por que é uma documentação muito ampla, de madeira que se houver qualquer mudança no empreendimento, qualquer observação no empreendimento o PSB é um artifício, é um arcabouço documental onde qualquer consultor ou qualquer especialista pode chegar ao empreendimento encontrar todas as informações do empreendimento inclusive de segurança. Pode passar, por gentileza.

Então, o PSB é formado por cinco volumes, basicamente aí o volume informações gerais que é o resumo daquela lâmina anterior. Planos e procedimentos o empreendedor tem que ter esses planos de procedimentos. Registros e controles de manutenção também tem que estar registrado, não adianta ter lá uma barragem e o cara não registrar as informações que ele tem. O volume quatro é o plano de ação de emergência que de certa forma facilita essa comunicação então com autoridades aí. E lá no final as revisões periódicas, aí vocês perguntam 'Poxa, mas igual mencionado'. O plano de segurança de barragem quem é que fiscaliza o plano de segurança de barragens? Quem fiscaliza o plano de segurança de barragem é o agente fiscalizador, o caso do setor elétrico é a própria ANEEL, mas o plano de segurança de barragens se sua barragem mudar com o tempo como é que a gente fica sabendo? Isso está definido no plano de segurança de barragem. Então todo ano a ANEEL nos solicita uma classificação da barragem, o empreendedor é quem declara o estado da barragem porque é dele a responsabilidade, tá. E ANEEL vem verificar sim essa declaração, e uma vez declarado se eventualmente tiver um problema a classificação declarada ela pode ser revista inclusive pela ANEEL. O que é um objetivo então da revisão periódica? A revisão periódica o objetivo é que a cada ano, que a cada ano o empreendimento possa ser reavaliado, ou

seja, a medida que uma barragem opera, a cada ano, ela pode estar mudando, e se mudar, a classificação como colocada anteriormente pode tá variando, e o PSB e as revisões periódicas, foi definido na lei, a cada a cada sete anos para barragem de classe B, porque a cada sete anos? Por que a cada ano a ANEEL faz a fiscalização de acompanhamento através dos relatórios. Esses relatórios é acompanhado diretamente por ela, e a cada sete anos todo esse arcabouço de documentação, cada relatório de monitoramento e ele vai sendo armazenado, é um documento vivo o PSB, vai sendo armazenado todas as informações lá, e a cada sete anos é feito obrigatoriamente uma revisão multidisciplinar de toda a segurança do barramento. Então aqui dentro da lei a gente tem o artigo 7º que traz a classificação, o plano de segurança de barragens está definido no artigo 8º, lembrando que o artigo 7º, foi o Conselho Nacional dos recursos hídricos que estabeleceu essa estrutura da Lei, e o artigo 9º traz as inspeções, artigo 10 a revisão periódica de segurança e o plano de ação de emergência. Pode seguir. Aqui, a gente tem, então, uma vez, a barragem estando classificada como 'B', ela obrigada a ali no artigo 11, a fazer a classificação do barramento por categoria de risco e dano potencial. O artigo 12, ele fala especificamente do PAE e o parágrafo único do artigo 12, ele fala da disponibilidade no empreendimento, prefeituras envolvidas, bem como, encaminhar às autoridades competentes e aos organismos da Defesa Civil. Isso está definido na Lei, isso é o artigo 11 da Lei. Então, vou falar um pouco aqui da categoria de risco e dano potencial. Pode seguir. Então, é assim: a matriz de classificação das barragens para todos os agentes fiscalizadores, cada agente e cada tipo de barragem teve as suas particularidades. Para o setor elétrico, a matriz definida é diferente da ANA, diferente do DNPM e também das agências estaduais. Ok,

porque cada barragem tem as suas particularidades. Setor de mineração, inclusive, os aspectos construtivos são diferentes das barragens do setor elétrico. Então, quando a gente olha na classificação é muito comum de falar: a barragem está com risco alto. Aí, confunde risco com dano potencial alto. Então, quando a gente olha a classificação, a gente tem que olhar, basicamente, assim: categoria de risco é o que está daquele lado e de cá dando potencial associado. Categoria de risco está associada, o primeiro aspecto às características técnicas da barragem, altura material, tipo de fundação. São coisas definidas no próprio projeto que não se tem como mudar. Estado de conservação: é o empreendedor aqui, quando a gente olha categoria de risco, a gente está olhando, quando vocês olharem para lá, vocês estão vendo de fato o empreendedor. Por quê? O primeiro aspecto é relativo ao projeto, depois ao estado de conservação, e aqui, a gente tem o plano de segurança da barragem. Então, são procedimentos e estados de conservação. Então, o Sul empreendedor abandonar a barragem dele, naturalmente, o estado de conservação não vai ser observado e a categoria de risco vai subir. Então, o setor elétrico por ser um setor organizado. Vocês vão ver que a categoria de risco ela é baixa para todas as barragens, mesmo as grandes barragens brasileiras. Hoje, nós em Jirau, nós compomos aqui, inclusive, Santo Antônio, o conjunto das grandes barragens brasileiras. Que se pegar as dez maiores barragens do Brasil, Jirau geral é a quarta maior barragem do Brasil. Então, hoje a gente está aqui, está cumprindo a nossa função de trazer, também, o esclarecimento a todos os participantes com relação a essa questão da classificação. E o dano potencial associado, é aquilo que é decorrente, decorrente do barramento, que está associado ao vale de jusante, por exemplo, perda de vidas humanas, danos ambientais, também, impactos socioeconômicos. Então, o dano

potencial, também, é inerente ao barramento. Então, o empreendedor na verdade, ele tem que cuidar, então, das características técnicas e, principalmente, o estado de conservação e o plano de segurança, que são os procedimentos que garantem a não ruptura do barramento. Uma vez cuidado disso daqui, nós evitamos o dano potencial. Então, é por isso que a categoria de risco, ela é extremamente importante, porque que a gente olha as barragens, as barragens têm procedimentos, o pessoal faz o monitoramento, como é feito esse monitoramento? Essa é a pergunta que tem que responder à sociedade, entendeu, de maneira clara, para que todos entendam que, uma vez nós cuidando da categoria de risco, o dano potencial é evitado o tempo todo.

Pode seguir. Então, aqui é a barragem de Jirau, praticamente, nós temos aí uma barragem de terra numa extremidade, uma casa de força, um vertedouro, uma barragem de terra, também, são quatro barragem de terras. O BT é tudo barragem de terra. Todas as estruturas conforme a Lei, elas foram separadas. Barragens de terra, ela classificada na própria matriz. Então, a Lei fala: você classifica todos os seus barramentos e, aquele mais crítico é o que representa a sua bagagem. Ok, então Jirau; foram classificadas todas as estruturas de Jirau, e inevitavelmente, as barragens de terra são as que levam a maior ponderação. Isso significa risco, não! Não significa risco, porque é uma barragem que tem planos, têm procedimentos e é uma barragem fio d'água, que não tem grandes carregamentos de reservatórios. Então, de maneira geral, as barragens de Madeira, são barragens extremamente baixas, que detém pouco carregamento, pouco empuxo. Pouco empuxo de empurrar, empuxo ativo, que empurra esses barramentos. Diferentemente, como por exemplo, Campos Novos, Barra Grande, que são barragens da ordem de 200

metros de altura. Então, barragem como as nossas, que nós temos aqui. O conceito das Barras da região Amazônica são barragens a fio d'água. São barragens baixas que toda a vazão que chega passa através delas, nós não regulamos, nós não regulamos nível da água. Então, esse é o próprio conceito definido. Inclusive Belo Monte, para que não se inunde grandes áreas. Então, toda a vazão que chega passa através do barramento, é por isso que, nós temos a uma curva que mostra a vazão muito bem definida o Rio Madeira, que é um Rio que tem aí uma série histórica de 60 anos, que deixa, confortavelmente, não pega ninguém de surpresa com relação ao comportamento das vazões. Diferentemente de vales, vales fechados, de leitos rochosos, que a chuva cai e ela não infiltra, ela já cai, escoar rapidamente. Quando acontece isso, nós temos, na verdade, um risco maior com relação aos aspectos operativos. Então, barragens em região plana, elas trazem um conforto hidráulico durante a sua operação, por quê? A resposta é sempre lenta, nunca vai ser. Nunca nenhum operador vai ser surpreendido com relação à vazão que chegou que ele não soubesse e muitas delas têm aí mecanismos de previsão de vazões. Então, quando a gente classifica uma barragem, por exemplo...

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Falta muito?

O SR. CLAUDINEI FREITAS - Já está quase ao fim. Então, a gente classifica numa matriz que dá esse número que é o que a gente viu naquela tabela. Então categoria de risco baixo, dano potencial associado alto. Então, planos e procedimentos é um PDCA que roda, a classificação classe B para essas barragens. Então, isso aqui é o resumo agora, recente, desse mês agora, do mês de abril aqui da ANEEL.

Então a gente verifica aqui que as barragens de Jirau e Santo Antônio, a gente está aqui, entre as 24 aqui do Estado de Rondônia e apareceu uma classe A, que é dano Potencial Alto de categoria de risco alto. Então, isso também mostra nesse gráfico de cá, categoria de risco, todas as barragens classificadas e esse azul significa que todos os empreendedores têm procedimentos no setor elétrico. Então, categoria de risco, a maioria deles tem procedimentos, aguardando potencial alto, todas as barragens vão ter. Então, resumo da história: todas as barragens do setor elétrico têm planos, têm procedimentos, embora o dano potencial seja alto. Essas informações estão disponíveis já no site da ANEEL, para consulta da sociedade também, qualquer um de vocês podem acessar lá e ter todas as informações de classificação das barragens do Rio Madeira e todas as barragens do Estado de Rondônia. Então, esse é o PSB, por exemplo, da usina hidrelétrica de Jirau, nós temos cinco volumes, esses volumes concentram, inclusive, o Plano de Ação de Emergência, isso aqui é um conjunto de informações que está disponível no empreendimento a qualquer momento para qualquer agente fiscalizador que chegar lá e o Plano de Ação de Emergência, que é o volume quatro aqui, foi disponibilizado às autoridades.

Então, dentro do Plano de Ação de Emergência, dentro do PSB nós temos também um plano que em 2013 foi implantado já em Jirau, na entrada em operação nós já implementamos esse plano que nós inspecionamos a nossa barragem desde quando entrou em operação. Isso é uma prática inclusive com inspeções mensais, semestrais e anuais. A ANEEL pede que façamos anualmente pela nossa classificação, no entanto, nós fazemos mensalmente e temos equipe própria em Jirau. Esse é um resumo então do PSB. Então aqui as nossas inspeções, a frequência que elas são feitas. Aqui também é

um destaque importante, uma barragem, por exemplo, do porte de Jirau, ela tem lá 1.300 instrumentos que fazem o monitoramento dela, mas, como é que a gente monitora isso, através de planilha Excel? Não pode ser. Então, nós também em 2015 implementamos um sistema que monitora o tempo todo a barragem de Jirau, se alguma coisa por exemplo, relativa a instrumentação ou a própria operação vier a ter alguma anormalidade, nós somos avisados por email ou em qualquer lugar do Brasil que nós estejamos. Então, esse é o Sibar, é um Sistema de Gestão Informatizada da Segurança de Barragem de Jirau. Então, eu acesso a qualquer local do País que eu estiver, basta eu ter acesso a internet, eu sei como é que estão as condições da barragem de Jirau. Então aqui, quando a gente fala: a barragem não é segura. Nós temos 1.348 pontos de monitoramento, ou seja, instrumentos no barramento de Jirau. É uma barragem densamente monitorada então ao longo da sua extensão. Isso aqui é outra coisa importante, uma equipe está lá fazendo a leitura da instrumentação, coloco a equipe lá e como é que eu verifico se essa turma está fazendo essas leituras corretamente? Nós temos um sistema através do tratamento estatístico, à medida que ele lança os dados no sistema, nós sabemos se eles fizeram todas as leituras de toda instrumentação instalada no barramento. E da mesma forma aquele mapa lá, ele mostra o tempo todo onde eu estiver no Brasil, basta eu olhar o mapa, eu vejo se algum instrumento da barragem de Jirau está dando alguma resposta anômala. Então a gente sabe em qualquer hora que a gente quiser ver o comportamento da barragem.

Aqui é um resumo então, quando a gente fala de monitorar uma barragem, a gente acha que monitorar uma barragem é simplesmente não deixar a água passar através dela. Engano. Na verdade, dimensionar uma barragem, é permitir que o fluxo passe através dela de maneira

ordenada, ou melhor, disciplinada. Então, por exemplo, o vidro, passa água através do vidro, o vidro é permeável, mas, por que a gente não vê? Porque a permeabilidade do vidro é muito baixa, em torno de 10 a menos 18, aí a gente pega 10 menos 03. Então, é uma coisa curiosa, uma barragem, na verdade, monitorar um barramento é acompanhar o fluxo que passa através do barramento de maneira disciplinada. Aqui, é um exemplo de Jirau, por exemplo, acompanhamento e limpeza dessas áreas de jusantes e drenagem, o interior das nossas instalações, o tempo todo é acompanhado pelas equipes. Isso aqui diferentemente das barragens de rejeitos, aqui nós temos uma sessão da barragem, onde nós, cada vez que nós analisamos, nós verificamos o fator de segurança da barragem, é uma barragem completamente, é uma barragem completamente diferente das barragens de rejeito, então, estabelecer esse fator de segurança, verificar essa segurança do barramento é o nosso norte diariamente na Usina de Jirau.

E aqui é um resumo muito rápido a respeito do estado da barragem de Jirau, então desde que entrou em operação Jirau, nós temos aí praticamente uma condição de plena normalidade de toda a instrumentação, recálculo estabilizados, pressões de terras e fundações todas dentro do comportamento normal para o barramento dessa natureza.

Aqui é um link que todos vocês se entrarem no site da ANEEL vocês podem ir diretamente à classificação das barragens e ter acesso a todas as informações.

Bom, então é assim, a ANEEL teve agora no dia 7, 8 de abril lá em Jirau, ela verificou toda a regularidade normativa do nosso Plano de Segurança de Barragem, isso aqui são 15 volumes que a ANEEL sentou conosco numa mesa e passou cada um deles, foi um dia todo conosco e, inclusive, depois teve uma visita de campo. Está aqui toda a equipe,

inclusive, na tarde desse dia foram convidadas autoridades estaduais, está aqui o nosso nobre Sargento da Defesa Civil, esteve conosco lá; então, toda a Defesa Civil acompanhou no final do dia essa reunião de fechamento a respeito do Plano de Ação de Emergência de Jirau, ou seja, as autoridades, a ANEEL como Agente Fiscalizador ela teve a preocupação de fazer a vistoria, a inspeção, a fiscalização e convidar a Defesa Civil para saber como é que estava o andamento então das questões do Plano de Ação de Emergência. E aqui foi a visita de campo então de todos os inspetores da ANEEL em todo o barramento. Aqui verificando o funcionamento do sistema informatizado, lá tem um Qrcode que você vai diretamente na instrumentação, a instrumentação não é anotada em planilha, a pessoa não escreve nada quando vai ao campo, ela simplesmente pega o QRCode e faz a leitura diretamente.

E aqui então é isso que a gente tinha para mostrar a vocês. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos e também, só complementando nós tivemos também a visita lá em Jirau da Delegacia Regional do Trabalho, da Superintendência Regional do Trabalho, da Defesa Civil e o PAE foi protocolado a todas as autoridades de Porto Velho, incluindo o Ministério Público Federal, Estadual, Prefeitura, Corpo de Bombeiro e Defesa Civil.

Bom, era isso que a gente tinha para trazer para vocês. Se tiver qualquer dúvida com relação, a gente está à disposição.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Agradecemos a sua explanação.

Nós temos aqui, antes de começar abrir para o auditório, o Deputado Estadual Ismael Crispin, e o Deputado Estadual também, Anderson Pereira.

A palavra então com o Deputado Ismael Crispin, depois o Deputado Anderson e aí nós vamos abrir ao Plenário aqui, já tem pessoas inscritas aqui.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Muito bom dia a todos! Cumprimentar aqui o nobre Deputado Adelino Follador e ao mesmo instante parabenizá-lo pela iniciativa que é um tema importante para a comunidade rondoniense e não poderíamos deixar passar esse momento sem trazer essa discussão dado a responsabilidade que o Parlamento Estadual também tem. Eu, inclusive, vi alguns apontamentos aqui feito pelo João, de uma discussão na Legislatura anterior feito pela Assembleia Legislativa de Rondônia, defendido por alguns membros do Parlamento e defendido de um lado por uns e com defesas por outro lado por outros o que é natural no Parlamento e em especial no estado democrático, mas digo isso para quê? Para identificar o quanto é importante a participação do Parlamento e o tamanho da sua responsabilidade nesse sentido.

Mas, quero cumprimentar aqui o Daniel, que é Diretor Substituto do Departamento de Tecnologia e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, no seu nome cumprimentar os membros que compõem a Mesa aqui nesta bela Audiência Pública.

Saudar o meu colega Anderson Pereira, Deputado Estadual, muito atuante e com certeza a presença aqui na Audiência Pública é porque o tema como eu disse, desperta interesse em todos nós rondonienses e com um grau muito

elevado a comunidade que mora aqui na Cidade de Porto Velho.

Pois bem, sempre que há um acontecimento e que tem reflexo e uma divulgação nacional chama a nossa atenção e a comunidade começa a fazer algumas discussões, a exemplo disso e aí o Corpo de Bombeiros quem eu cumprimento e que faz um belo trabalho no Estado de Rondônia em que pese às dificuldades. Na semana passada discutimos isso com o Comandante Faria, em que pese a dificuldade de equipamento e tudo mais, mas, faz um belo trabalho aqui no Estado de Rondônia. O Corpo de Bombeiros acompanha muito de perto essas mudanças, quando ocorrem alguns sinistros de mídia nacional que chega a nós, por exemplo, poderia citar aqui a boate Kiss no Estado de Rio Grande do Sul, depois daquele evento muita mudança ocorreu e o Corpo de Bombeiros muito presente na atuação, dado o trabalho feito pelo próprio Congresso Nacional e alguns apontamentos e as coisas foram mudando. Não muito distante daqui, nós tivemos um incidente no Estado do Rio de Janeiro e que chora até hoje em luto a torcida do Flamengo, que foi do incêndio dos containers. Passado isso, começa um novo procedimento e eu falo disso para os senhores entenderem desta necessidade e do acompanhamento, porque veja, nós temos algumas escolas hoje, no Estado de Rondônia nós temos algumas escolas que a sala de aula é um container e que muitas delas foram interditadas exatamente pelo serviço de Corpo de Bombeiros e aí volta do reflexo do que aconteceu no Estádio do Maracanã. E a nossa discussão hoje, traz muito a nossa memória exatamente o rompimento da barragem no Estado de Minas Gerais, da Barragem de Brumadinho e é importante isso aqui, porque como nós dissemos que há defesas e defesas. Por exemplo, hoje nós vemos a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, fazendo uma discussão muito forte uma discussão com a Vale, uma discussão com o Ministério de

Minas e Energia e com todos os segmentos envolvidos. Mas, anterior ao acontecido os relatos é que estava tudo bem, o relato que estava tudo tranquilo e que aquele era o procedimento padrão. A minha pergunta, meu Presidente Adelino Follador; é que depois do acontecimento, quando já é tarde e aí nós aqui, eu que sou do interior, nós temos um ditado muito corriqueiro para nós: que não adianta chorar o leite derramado. Depois que derramou, já foi, aí é tarde, aí não adianta dizer: olha o técnico veio aqui, falou que estava tudo legal, que estava tudo certo. Meu irmão, o leite já derramou e aí é importante a Audiência Pública que Vossa Excelência propôs aqui no dia de hoje, exatamente por isso. Porque, nada é mais salutar do que a prevenção e o compromisso que traz a Assembleia Legislativa de Rondônia, em fazer a discussão e queira Deus, que tudo que o Claudinei falou aqui para nós hoje, esteja exatamente da forma que ele colocou. Dá-me tranquilidade, eu vou para casa e durmo tranquilo se esta informação estiver e tudo que estiver acontecendo nas nossas usinas aqui, estiverem exatamente desta forma; eu quero esta tranquilidade. Nós propomos aqui e foi aprovado, nós estamos só aguardando também a formação da Frente Parlamentar, que daí cabe a Assembleia Legislativa estes acompanhamentos, porque nós enquanto não técnico, mas enquanto políticos, nós temos esse debate sempre com a comunidade e a responsabilidade de dar a ela uma resposta. Nós aprovamos aqui por unanimidade a criação da Frente Parlamentar Temporária de Acompanhamento de pegar esses técnicos e acompanhar, tirar dúvidas para a gente poder passar para comunidade. Surpreende-me, por exemplo, quando a colega que representa a SEDAM, aponta que o Governo do Estado tem um servidor, através da Secretaria do Desenvolvimento Ambiental para fazer esses acompanhamentos. Eu, particularmente, fico assustado, por quê? Porque é uma pessoa só, nós queremos

assim, respeitar a idoneidade, a responsabilidade, o comprometimento e a vontade que a coisa dê certo, mas vejam os senhores, uma pessoa não tem a opinião contrária, não tem ninguém para poder contradizer quando ele tem opinião formada; ninguém pode dizer: olha, sua opinião é válida, mas se a gente caminhasse por aqui seria diferente, nós não temos no Estado e dois ainda seria pouco. Particularmente, eu sempre duvido muito da paridade, eu quero acreditar que é possível uma terceira opinião e aí uma preocupação e eu acho que deve ser levada essa discussão Presidente Adelino, ao Governo do Estado, que nós podemos ampliar; porque como eu disse anteriormente num linguajar muito simples, depois do leite derramado, não adianta chorar, o momento de agir é agora. Parabéns pela iniciativa, parabéns pela Audiência Pública.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Parabéns Deputado pelas suas palavras, com certeza a preocupação é esta falta de estrutura tanto no Estado, como no Governo Federal, quando o Valter falou que não tem nenhum geólogo no DNPM no Estado. Então, essa insegurança Daniel, que a gente acaba ficando muito inseguro. Nós temos agora, tanto o Crispin, como o Anderson, são dois Deputados que nós somos colegas em várias Comissões e parabenizar a atuação desses dois Deputados. Deputado Anderson com a palavra então.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Bom dia a todos. Quero aqui parabenizar o Deputado Adelino, que é proponente desta discussão, cumprimento toda a Mesa e os presentes em nome do Deputado Ismael Crispin e passei em outras Comissões que a gente vem debatendo vários temas. Presidente, eu queria aqui também me atentar que nós estamos discutindo aqui a

segurança nas barragens de uma forma geral e a gente fica muito focado no setor elétrico. O setor elétrico está aqui, fez as imposições, mostrou o que foi mostrado. Mas, cadê o setor mineral? Essa é a minha pergunta. Talvez foram convidados, não compareceram. Mas, eu acho que a gente tem que se atentar também ao setor mineral no Estado de Rondônia, tem crescido, é um ciclo novo no Estado de Rondônia, mas, que está a todo vapor. Eu já visitei algumas plantas lá na Região de Espigão D'Oeste, também e eu já vi os rejeitos que são gerados pelo setor mineral. Tem uma preocupação em relação ao que o Deputado Crispin, falou a SEDAM ter um servidor para fazer essa fiscalização; o DNPM da mesma forma, porque na legislatura passada eu discuti aqui com o Deputado Jesuíno, Deputado Hermínio. Uma mineradora lá de Nova Brasilândia, e nessa discussão, nós fizemos inclusive uma Audiência Pública, em Nova Brasilândia, e lá a gente viu a deficiência da fiscalização do setor responsável, justamente por não ter efetivo. Então, eu quero nas minhas breves palavras, dar o seguinte encaminhamento e sugestão para esta Audiência. Uma questão que o Deputado Crispin, já colocou, é a criação de um grupo parlamentar permanente, uma Comissão Permanente, com inclusive o MAB junto, a sociedade civil organizada junto, para que a gente acompanhe essas fiscalizações, não só no setor elétrico, a gente bate muito no setor elétrico. Outro dia, saiu uma notícia que estava tendo rachadura na Santo Antônio, eu fui lá na Santo Antônio, fiz uma visita, me levaram, agendei claro a visita, tinha que ser agendada, e me levaram lá embaixo, lá dentro onde ficam as turbinas, eu não vi rachadura, eu não vi nada, e sai de lá contente. Mas, eu não sou técnico, eu posso talvez vendo algo errado que eu não conheço, eu preciso ter um técnico me apontando, Deputado isso aqui está errado, isso aqui está certo. Então, eu vou ouvir o que o técnico está dizendo de lá, e

vou ter que concordar, porque eu não sou da área. Então, a gente pode criar uma Comissão permanente dando o bom encaminhamento a esta excelente Audiência, mas, não só olhar para o setor elétrico, a gente ir para o setor mineral. A Região de Ariquemes, o Garimpo do Bom Futuro, Itapuã do Oeste, está aqui o Prefeito Moisés, se encontra aqui, lá tem uma mineradora, algumas vezes que eu fui a Itapuã do Oeste, a comunidade vem denunciando a barragem que é feita lá por aquela mineradora. Então, tem que ser fiscalizado, a gente tem que chamar o setor mineral, também aqui para dentro para ser discutido. Senão, daqui a pouco a gente vai ser pego de surpresa, o que aconteceu em Brumadinho, foi no setor mineral, não foi do setor elétrico. E eu ainda não vi assim, pelo menos no curto espaço de tempo um desastre no setor elétrico mais próximo, pelo menos o que a gente está vendo aí, são nos setores minerais. E como em Rondônia, é um ciclo, esse ciclo que para algumas pessoas é novo. Mas, pelo o que eu já venho acompanhando é um ciclo que já crescendo no Estado de Rondônia, tem que ser monitorado por nós e pelos órgãos de fiscalização. Então, é a minha sugestão de encaminhamento, essa comissão permanente, uma sugestão, a gente inclusive vai acompanhar as denúncias de não indenização, de pessoas que estão em áreas de preservação, em áreas de risco também, a gente pode estar acompanhando isso, acompanhando esses processos, indo até o Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado, que tem acompanhado toda essa questão. E outra questão também, fica como uma sugestão; a gente solicitar do setor mineral e do setor elétrico, esse plano de ação de emergência, não sei se está lá disponível no site da Jirau ou da Santo Antônio. Mas, que eles encaminhem para esta Casa, encaminhe, inclusive para os Deputados que estão aqui participando e o autor Deputado Adelino, cópias desse plano de emergência, para que a gente

possa fazer uma análise também dessa questão, e possa continuar acompanhando. Então, essa é a minha fala, parabênizo a todos pela discussão. E a gente, não parar por aqui, não parar só nesta Audiência, a gente continuar discutindo e acompanhando essa questão, e o nosso gabinete está a disposição da comunidade para isso.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Parabenizar Deputado Anderson, pelos encaminhamentos, com certeza no final, nós vamos definir. Eu acho muito importante esta Frente, não é Deputado Crispin? Que seja feito para que acompanhe de perto e dê oportunidade também para os representantes aí terem um apoio aqui na Assembleia Legislativa, então, uma proposição muito importante. Também aqui agradecer a presença aqui do Marcelo Franco e André Godoy, representando a Usina Hidrelétrica de Samuel; também Rausimir, representando aqui a Juventude Democrática; também o senhor Marcos Willian Reis, Diretor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Agora com a palavra então o nosso convidado de Brasília, que veio aqui, o senhor Daniel Alves, Diretor Substituto do Departamento de Tecnologia, Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, com a palavra.

O SR. DANIEL ALVES DE LIMA - Bom dia! Bom dia a todos. Inicialmente gostaria de cumprimentar então os Deputados Adelino Follador, Deputado Ismael Crispin, Deputado Anderson Pereira, em nome de quem eu cumprimento os restantes dos membros daqui da Mesa. Cumprimentar aqui os representantes aqui do Corpo de Bombeiros de Rondônia, heróis aí do Estado, cujos pares lá de Minas estão até hoje trabalhando. Em respeito às vítimas aí de Brumadinho, eu

gostaria até de corrigir uma informação que foi citada aqui inicialmente, que foram já identificados 235 mortos e 35 desaparecidos. Eu achei muito importante aqui a primeira manifestação aqui do João do MAB de tentar liderar aí este movimento dos atingidos, colocou pontos muito importantes aqui, que eu já tomei nota de tudo aqui, para levar lá ao conhecimento do Ministério de Minas e Energia. Gostaria de agradecer aqui o Dr. Valter, que fez, vamos dizer o chamado lá no Ministério para nós participarmos aqui do evento, é muito importante a gente estar aqui presente neste momento aqui com vocês, para entender as angústias de vocês.

Primeiro eu gostaria só de mostrar aqui como é a estrutura lá do Ministério de Minas e Energias. Aqui embaixo têm quais são as áreas que o Ministério eles se dividem, ele tem a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético, Secretaria de Energia Elétrica, a Secretaria de Petróleo e Gás e a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. Eu hoje trabalho na Secretaria de Mineração e Transformação Mineral, e é por isso que essa apresentação ela tem o foco mais voltado à questão das Barragens de Mineração.

Foi até bom que o Claudinei deu já uma boa, um apanhado aí da questão do Setor Elétrico. Infelizmente não temos aqui os representantes do Setor Elétrico lá do Ministério, para tratar desse assunto aqui com vocês. Eu durante aqui o evento já troquei algumas mensagens para tentar entender o que foi que aconteceu, e realmente lá eles também estão passando a mesma coisa que a Agência de Mineração também está passando, porque é o esforço de fiscalização que está demandando muito das equipes nas frentes. E não teve ainda essa oportunidade de vir aqui participar de um evento importante como este. E eu já gostaria também de deixar informações de que tem sido sim,

feito reuniões com Comitês de Bacias Hidrográficas com o pessoal de Minas e Energias, o pessoal da ANEEL, o pessoal do DNPM para justamente fazer esse trabalho de informação, de divulgação das informações das barragens. E vamos dizer é um trabalho piloto com alguns Comitês lá de Minas Gerais, em função também muito de demandas que o Ministério Público tem feito para dar esse esclarecimento de informações da segurança das barragens. Então, assim o Ministério ele tem tido aí essa difícil missão de proporcionar a informação adequada para diminuir a angústia de todos os que possam ser atingidos por algum acidente com as barragens. Ou até mesmo, por apropriação mesmo que tranquila. É importante observar, fazer essa observação no setor elétrico as barragens são o ativo da empresa é o ganha pão da empresa. Então é normal que as empresas tenham realmente um maior cuidado. Tem que as Empresas de Mineração, a gente vê que os acidentes que teve com empresa de mineração foi assim, coisas que a gente está descobrindo que poderiam ter sido evitadas. Então aqui outro aspecto que a gente quer, que eu coloquei aqui, foi que o órgão responsável pela fiscalização das barragens de mineração é Agência Nacional de Mineração o antigo Departamento da Produção Mineral que em 2018 no final de 2017 a 2018, foi transformado em Agência Reguladora. Nós temos também na nossa estrutura a de Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais que faz um trabalho mais técnico de acompanhamento dos mapeamentos de Geologia de diárias de encostas, áreas sujeitas à inundação. Ela faz todo esse trabalho mais técnico de campo, e a Agência faz a fiscalização. Lá então nós temos, na Secretaria o Secretário hoje é o Dr. Alexandre Vidigal, ele fez questão que eu estivesse aqui para transmitir essas informações para vocês. Estamos abertos lá às manifestações. Todas as semanas nós recebemos solicitações de informação de deputados, prefeituras, das câmaras

municipais, a gente tenta dar informação mais célere possível. E, lá nós temos os quatro departamentos e, a Área de Segurança de Barragem está ligada no Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral. Pode passar, por favor. Então aqui, realmente, a questão das barragens é uma coisa que já acompanha a humanidade algum tempo. E, realmente, o que está, vamos ver, gerando mais preocupações agora é que o tamanho das barragens está aumentando e a população sujeita aos riscos das barragens, também, está aumentando. Então, é uma coisa que é inerente à nossa vida num ambiente mais urbano, que precisa ter água em quantidade, em qualidade, uma boa localização, e de forma que isso possa, também, ser promotor de um desenvolvimento sustentável da sociedade como um todo. Então, dentro dos principais está a geração elétrica, controle à cheia, irrigação, abastecimento de água e à disposição dos rejeitos mineração e resíduos industriais. Pode passar, por favor.

Isso aqui é um histórico de como é que está a discussão da segurança de barragens, pelo menos para o lado da mineração. Realmente, desde 2009/2010 o DNPM participou da elaboração da Lei do Plano Nacional de Segurança de Barragem. É uma coisa que, antes disso, já tinha esse sentimento de que necessitava de algo, porque já tinham ocorrido outros acidentes na região do Quadrilátero Ferrífero. Teve aí, então, aí a Lei, a regulamentação pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que dispôs sobre como que aqueles pontos do risco e dos critérios de risco, e do dano de potencial associado. Eles devem ser mensurados, quantificados. A agência, o DNPM publicou as portarias para regulamentar toda essa questão. Em 2017, então, houve já, após acidente de Mariana, já houve uma atualização da portaria. E, é a que está valendo até hoje, só que agora, também, com a resolução da Agência.

A resolução que já proibiu a construção de novas barragens de alteamento ao montante. Pode passar, por favor.

Então, aqui tentar dar essa olhada mais macro, assim, do que é as barragens no Brasil hoje. Temos por volta de 24 mil barragens, 22 mil barragens de usos múltiplos, 890 do setor elétrico, 790 de mineração, 55 barragens de rejeitos industriais. É um universo bem grande. Pode passar, por favor.

E isso está consolidado, as informações de segurança no relatório de Segurança de Barragens da ANA, o último que foi publicado foi de 2017. E, aí ele faz essa síntese de como é que está a questão da segurança. Pode passar, por favor.

Bem, eu acho melhor a gente passar, já está adiantado da hora. Pode passar, então, por favor. Hoje já temos então a agência que tem a maior independência para fazer essa fiscalização, em que pese, e ainda demande recursos para se estruturar melhor. Isso já tá sendo até ponto de discussão com o Ministério Público Federal. Semana passada já teve uma primeira conversa, para que o Governo Federal aporte recursos na ordem de 10 milhões de reais, para melhorar a fiscalização da agência de mineração, promover mais capacidade tecnológica. Pode passar, por favor.

Hoje, nós temos até um incentivo, digamos fiscal, para as empresas, para utilizarem o rejeito. Essa é uma das saídas que a gente está colocando para os mineradores, para a sociedade como um todo. É fazer um aproveitamento desse rejeito, a gente vê que em muito do rejeito que tem hoje nas barragens pode ser utilizado para outros fins. Lá em Minas Gerais, nós tivemos lá num evento da Universidade Federal de Minas Gerais, os professores nos apresentaram uns projetos interessantíssimos, que podem gerar algum

benefício a mais, e acabar com a necessidade de colocar isso numa barragem. Acho que, muito do que pode ser feito aqui em Rondônia, pode passar por aí. Por favor, pode passar.

Medida Provisória 790, essa Medida Provisória, ela incorporava essa questão da obrigação de obedecer a Lei para os mineradores, incluir a responsabilidade pela recuperação de área ambiental e de áreas degradadas, isso é meio que estava chovendo no molhado, mas, era um ponto que já tinha sido demandado diversas vezes pela sociedade para que isso tivesse lá no Código de Mineração, infelizmente a MP não foi aprovada, mas, mesmo assim, o Poder Executivo editou isso por decreto, teve uma boa aceitação disso. Eu estou fazendo esse retrospecto assim de normas também para colocar um ponto fundamental nessa discussão que é o seguinte: em que pese toda essa dificuldade, digamos, política de manutenção de Governo, Governo Federal, sempre manteve esse entendimento que era necessário mudar a questão legal das barragens, na segurança de barragem. Então mudou o Governo, mudou tudo e se mantém isso, isso é muito importante para concretizar essa mudança de mentalidade. Então, hoje, nós estamos nesse ponto, a Agência já tem uma nova resolução, que até proíbe a construção de novas barragens, com alteamento ao montante que é essa aqui, vamos dizer, ela mais arriscada, porque ela faz o alteamento da barragem sobre o próprio rejeito, não dá uma condição muito estável para ela, para ela permanecer estável ali. Bem, então, hoje, vamos dizer oficialmente, nós estamos com um número de 769 barragens de mineração; ali na outra apresentação está 790, porque realmente está tendo essa flutuação em função da data que foi verificada, talvez aquele 790 já sejam os dados de abril, só que não foi ainda divulgado no site do DNPM, às vezes tem essa mudança, porque está tendo, naturalmente,

ocorre também entrada em funcionamento de novas barragens, pode ser que novas barragens sejam enquadradas aí na legislação, então tem essa margem. Aquela questão de Rondônia; Rondônia, em fevereiro estava em 6º lugar então de número de barragens no Brasil. A campeã é Minas Gerais com quase a metade das barragens, 219 barragens. Isso aqui são as barragens inseridas no Plano Nacional de Segurança de Barragens, que essa aqui é uma diferenciação que existe em função daqueles graus de risco e o dano potencial associado. Vamos dizer, são as barragens que tem que ter mais cuidado, são 425 no Brasil, daquelas 769; 425 são as que demandam mais cuidados; 219 estão em Minas Gerais, 13 em Rondônia.

Aí uma visão geográfica, vista parcial da distribuição, de Rondônia estão lá no cantinho ali, as vermelhinhas são as que têm a classe mais alta de risco.

Aqui então, distribuição por municípios, as que estão inseridas no Plano, tem cinco em Ariquemes, oito em Itapuã do Oeste; não inseridas no Plano tem uma em Ariquemes, duas em Campo Novo. Essa aqui é só de mineração. Cujubim, Itapuã, Jarú, Ministro Andreazza, Rio Crespo, Urupá e Vilhena. Vilhena tem cinco.

Essas informações estão disponíveis no site da Agência de Mineração, então, assim eu quis colocar na apresentação para mostrar que tem nome do empreendedor, tem altura, tem volume, tudo isso aqui tem na internet e é fácil de consultar, como é que está a situação, isso é importante para possibilitar aquela checagem pelos membros da Defesa Civil que aqui no Estado é o Corpo de Bombeiros, parece que é; e aí, tem que checar, para essas barragens, existe o Plano de Ação de Emergência.

Aqui é em relação às outras que não estão no Plano Nacional, elas não têm a categoria de risco e o dano potencial associado quantificado.

E aqui é o seguinte, essa é outra informação que está disponível no site da Agência de Mineração. No início do ano, no início do ano não, logo após o acidente, houve a instalação de um Comitê de Desastres lá na Casa Civil da Presidência da República que exigiu que todos os órgãos fiscalizadores colocassem qual seria a programação de fiscalizações de todas as barragens, foi aí que colocou a fiscalização da ANEEL, fiscalização da ANA fiscalização dos órgãos estaduais e a fiscalização da Agência de Mineração ainda não fiscalizou todas as barragens aqui do..., bem, pelo menos não reportou no site até 18 de abril a fiscalização das barragens aqui em Rondônia, mas está como planejado. A informação que eu tive que, possivelmente, no segundo semestre é que eles vão ter condições de fazer essa fiscalização.

Essa questão de pessoal muitas vezes é suprida pela formação de força de tarefa que eles juntam pessoas lá da sede, lá em Brasília, com pessoas de Minas Gerais de outros Estados para fazer fiscalizações nessas forças tarefas.

Aqui é a interação desse assunto com a Defesa Civil, isso aqui acho interessante, já tive alguma oportunidade de trabalhar com algumas situações relacionadas à Defesa civil, o Governo Federal disponibiliza esse sistema de informações sobre quais os municípios recebem recursos do governo Federal para lidar com questões de desastres. Eu fiz questão de colocar Brumadinho ali para vê a celeridade que pode ser um processo desses, questão de um dia já tem a informação do dano pela Defesa Civil local, o Ministério reconhece isso e já faz uma Portaria descentralizando recurso para a Defesa Civil local para utilizar, e aqui em

Machadinho D'Oeste, aqui em Rondônia lá naquela questão de Machadinho D'Oeste eles até comunicaram o dano, mas, parece que não teve um prosseguimento do processo, eu não sei o que aconteceu e ele foi classificado como um acidente, uma coisa relacionada a enxurrada, não foi com relação ao rompimento de barragem.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Fizeram um escândalo só para fugir do foco lá de Minas trouxeram para cá de certo porque a água não tinha nada de minério, foi constatado, teve dano ambiental alguma coisa, mas, tem mais de 100 famílias passando fome agora lá que estavam trabalhando, agora, o Ibama, Sedam foram lá só para atrapalhar os que estavam trabalhando, lamentável, em vez de ajudar só prejudicou, não tem nada de minério, pelo menos o que foi constatado pela Sedam, eu acho que não foi constatado, era uma represa para mais de 30 anos que não estava sendo usada e era usada lá para bebedouro de gado, não tinha nada a ver e aí veio a Globo deu um "foco" parece para fugir o tema lá de Minas jogou para cá para sacanear o pessoal aí, hoje está todo mundo passando fome lá tem que fazer uma cesta básica, estão fazendo até campanha lá em Machadinho para ajudar aquele pessoal que estão passando fome lá que eles viviam daquele mineriozinho que catavam lá na mineração, tem a mineração, mas as represas da mineração estão tudo certo, o que estourou não tem nada que ver onde eles estão explorando.

O SR. JOÃO MARCOS DUTRA - É, agora sim, por via das dúvidas o nosso setor ali que eu mostrei ali da ANA, Segurança de Barragens dentro do Ministério, nós estamos todos os dias monitorando a internet para acompanhar todas

as notícias de acidentes de barragens. Quando teve esse acidente, parece que foi numa sexta-feira aí no sábado saiu já na hora do almoço a notícia na Globo, e na hora do almoço eu já corri no telefone liguei para o pessoal de fiscalização da Agência querendo saber que barragem que era essa, onde é que estava isso, eles já entraram em contato com a turma do Ibama para tentar descobrir e aí eles foram levantando as informações, realmente, é uma situação que ainda demanda certos cuidados ali, a gente vê que essa questão de áreas abandonadas é um ponto que o Ministério ele vai tentar dar mais atenção para isso porque pode acontecer esse tipo de coisa.

Aqui é outra questão como é que a Defesa Civil está atuando lá em Minas Gerais, importante trabalho de sinalização das faltas de fuga, ponto de encontro nos municípios não é que já tem o Plano de Ação Emergencial é uma coisa que já tem que ficar na cultura do pessoal, está tendo o papel fundamental na implementação dos Planos de Ação de Emergência. Interlocução com empreendedores e população, é fundamental essa questão, essa visão de interlocução, de informação, integração das políticas de Segurança de barragem com a Defesa Civil. A Defesa Civil também tem uma Lei com todo um regramento, todo um sistema que tem que colocar para funcionar. E aqui é um caso que eu coloquei para chamar atenção de uma, vamos dizer, depois do acidente de, antes do acidente de Brumadinho em Minas Gerais já estava sendo discutido o "Projeto Mar de Lama Nunca Mais", oriundo da questão do acidente de Mariana e houve a mobilização, foi uma iniciativa popular, Projeto de Lei lá e teve discussões que foram muito, como é que se diz; antagônicas, muito, como que se diz extremistas e não teve um bom andamento do Projeto de Lei e aí tudo isso né, um Projeto de Lei de 2016 que em julho de 2018 teve uma rejeição na PL e que parou a discussão e logo em seguida

teve um acidente que poderia ter sido evitado com novas orientações legais. Então, assim eu chamo atenção para isso, para que quando houver uma discussão, que seja levar uma discussão ponderada né, que não se chegue a extremismo, assim, de posições para que se tenha um ganho, um pouco agora, melhora um pouco, já ganha, aumenta a segurança das barragens, continua discutindo, ganha mais um pouco para não ter essa paralisação e ter um ambiente propício para ocorrência um acidente com os de barragens. Mas, então é isso eu cheguei a algumas conclusões aqui, que as discussões sobre a revisão de legislação afetam a instalação e operação de barragens de rejeitos e não podem ser contaminadas por discursos políticos como aconteceu lá em Minas Gerais, as discussões não podem ser feitas de forma muito séria, possibilita a criação de novos problemas, ou seja, você também proibir tudo, como é que você vai dar condições de trabalho para as comunidades, como vai ter arrecadação de impostos, tem que ter cuidado com isso. E não pode ser muito lenta que permita a manutenção de um ambiente propício para que haja novos acidentes. A gente tem que chegar num meio termo para que dê certo e se avance na legislação. Deve se buscar um equilíbrio entre as demandas e os interessados com o objetivo de alcançar desenvolvimento de trabalho da mineração, aqui no caso liberação do setor elétrico e o que levará o desenvolvimento econômico social do Estado de Rondônia e dos demais Estados. E aqui eu coloco até essa sugestão, de se possível que se adote medidas para incentivo para disposição a seco, muito pode ser feito nessa questão de barragem de mineração, de você eliminar a água do processo ou do processo de exposição do rejeito. Hoje, a disposição hidráulica que é feita por bombeamento, ela é mais barata, ela é mais fácil de você implementar, mas já existem inúmeros avanços tecnológicos que você já

pode fazer isso a seco e acabar com a água que é o grande vilão aí dessa questão da barragem, de rejeitos de mineração. E a utilização dos rejeitos, é outro ponto que eu acho que aqui em Rondônia eu acho que tem rejeitos que podem ser aproveitados como a cassiterita, é bom fazer alguns trabalhos tecnológicos para descobrir, tá bom? Muito obrigado então, estamos aí à disposição para as perguntas.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Nós vamos agradecer suas palavras e nós vamos agora, tem umas pessoas inscritas aqui na plateia. Nós temos aqui o Gabriel Tomasete, Presidente do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor de Rondônia - CONDECON, com a palavra.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Para fazer o convite então.

O SR JOSÉ DE ARIMATEIA - Meu colega Marco Willian, lembrou agora que o Tribunal de contas está realizando um evento pela Escola de Contas nos dia 09 e 10, um Ciclo de Palestras sobre Barragens e Mineração. Então, é só se inscrever lá no site da Escola de Contas do Tribunal e participar do evento para tratar justamente dessa parte em relação às barragens, com profissionais da área.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - O Gabriel está com a palavra.

O SR. GABRIEL TOMASETE - Bom dia a todos. Inicialmente cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Adelino Follador que convocou esta importante Audiência e também que presidiu na gestão passada deputado, a Comissão de Defesa do Consumidor; então, ele que tem uma sensibilidade bastante grande com esta pauta, com essa temática. E lembrar a todos e direciono aqui ao João, do Movimento dos Atingidos de Barragens e também ao Padre, que ambos são da Sociedade Civil Organizada, que essa é uma relação de consumo, então essa é a razão da nossa presença aqui quanto hoje como Presidente do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor. Primeiro porque, todas essas empresas, elas são fornecedores nos termos do artigo 2º do CDC, Código do Consumidor e também porque qualquer tipo de indenização, qualquer tipo de dano, de problema ambiental que tiver, essas eventuais situações que vierem a serem tratadas na Justiça, elas serão regidas sobre a ótica de Código de Defesa do Consumidor, que é um código bastante protecionista. O fato João, é que aqui muitas situações nos chamaram atenção, que essa apresentação de energia sustentável, ela foi bastante esclarecedora, mas, alguns pontos, eu penso que estejam não tenham sido citados, por exemplo, eu estava lendo agora pouco o artigo 4º, da própria Lei de Barragens que foi mencionada pelo colega da Empresa Energia Sustentável, que diz que a população, ela deve ser, ela deve ser estimulada a está participando direta ou indiretamente desses planos de ação, no caso de situações emergenciais. E pelo que eu percebi, até agora a sociedade civil, não teve acesso a nada disso, vocês podem me confirmar quem está aqui e é desse movimento, mas, até onde eu senti nenhum de vocês foram tratados com esse respeito pela empresas que aqui estão. E esse é um dever, o princípio da transparência, é um dos mais importantes nas relações de consumo, e essa transparência, ela falta padre,

e aqui eu quero registrar, parabenizar também a arquidiocese pelo brilhante trabalho da Comissão de Justiça e Paz, que eu tive a honra de acompanhar enquanto Presidente do Conselho Penitenciário são parentes, Deputado, para dizer que o caso por denúncia da Comissão Justiça e Paz, chegou à corte interamericana de direitos humanos. Então, assim, é muito importante essa mobilização da sociedade civil, para a gente simplesmente não aceitar esse tanto de omissões que aqui estão postas. Não adianta nada a ANEEL, com todo respeito ao colega que fez a apresentação, viu João, não adianta nada a ANEEL, vir aqui fazer uma visita de um dia, para analisar quinze volumes e sorrir para foto como se tudo tivesse bem. É preciso sim, como já falado pelos Deputados, que haja acompanhamento da sociedade, mas, não por nós, porque nós não entendemos nada de barragem. E eu acredito muito que também não foram capacitados a Secretaria do Meio Ambiente, que só tem um servidor técnico, não foram capacitados os bombeiros penso eu, e a defesa civil para que possa realmente acompanhar uma avaliação e empreendimento desse porte, e dizer se nós corremos risco ou não. Porque visitar, e como foi falado aqui e dizer; olha o engenheiro lá das usinas está dizendo que isso está bacana, legal, qual que é a minha competência técnica para isso? A minha nenhuma, a do João, acredito que não seja essa área também. Então, padre, o que nós temos que exigir, é que nessa comissão Deputado, aí fica nossa sugestão, é que haja um acompanhamento técnico, preferencialmente por um órgão de defesa Ministério Público Estadual, ou Federal, e que a sociedade civil realmente esteja dentro dessa comissão representada pela arquidiocese. Nós do Conselho, estamos a disposição e também o João, que estou conhecendo hoje, mas, percebi que desenvolve um belíssimo trabalho em prol dessas famílias pelo conhecimento que de forma bastante sucinta, ele

externou aqui conhecimento de todas as situações relacionadas a isso. Então, é preciso que a gente tenha acesso a estudos de impacto ambiental, o chamado Dam Break que é um relatório, se acontecer uma catástrofe e aí? Quem vai ser atingido primeiro? Esses bairros estão sabendo disso? A população está orientada ao que fazer? A gente não tem resposta de nada. Então, é uma falta de respeito muito grande especialmente por estarmos tratando de vidas, de pessoas.

Nós dialogamos nesse final de semana Deputado Adelino, com a Maria Tereza Carujo, e essa informação é interessante João, eu não sei se você já ouviu falar sobre ela, ela foi à única Conselheira Estadual em Minas Gerais, que votou contra, em dezembro do ano passado a licença lá que ocasionou essa tragédia. Ela é uma ativista, há duas décadas, ela trabalha lá em Minas Gerais, na situação de famílias atingidas por barragens e próximo a situações de barragem de minério, e ela foi à única que votou contra. Então, quem tem o dever de fiscalizar, porque nenhum órgão de defesa e a ANEEL, e ANA, e o Ministério, ninguém se interessou em conhecer as razões dessa conselheira e aprofundar isso? Nós estamos falando de crime, nós estamos falando de crime. Se algum de vocês aqui dirigir embriagado e matar alguém, homicídio doloso, você assumiu o risco, e aí? Quando é uma usina? Então, a gente precisa sim ter essa atenção. Parabenizo mais uma vez o Deputado pela iniciativa; estamos à disposição, e gostaríamos de participar dessa frente caso Vossa Excelência assim entenda pela criação. Espero que o padre e também representando a arquidiocese e também o movimento possa estar presente nessa comissão. É essa nossa breve palavras, eu busquei resumir, tinha mais algumas coisas para falar, mas, em respeito ao tempo dos senhores esse é o nosso posicionamento Deputado. Obrigado pelo convite.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Parabenizar, com certeza vocês fazem um grande trabalho Gabriel, a frente do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor, onde conseguiu suspender aquele aumento depois infelizmente voltou. Mas, com certeza sempre é muito atuante. Cabo Moura, da Comissão dos Atingidos pelas Cheias do Madeira, e seus afluentes Cujubim Grande. Três minutos no máximo, para que a gente consiga atender todos os inscritos aqui.

O SR. CABO MOURA - Meu bom dia a todos! Parabenizar o Deputado Adelino, pela propositura desta Audiência, primeiro quero agradecer a Deus, nossas vidas. E dizer que eu estou aqui padre, como o senhor mencionou, eu estou aqui porque eu acredito em Deus, acredito primeiramente em Deus. Homens têm mostrado que realmente tem falhado para conosco. E dizer para os senhores que alguém me ensinou aí do leite derramado. Eu estou dizendo que tem várias lágrimas derramadas no Baixo Madeira, porque não dizer em todo Porto Velho, por essa situação que está acontecendo.

Senhores, a gente fica preocupado quando a gente vê os órgãos que deveriam se preocupar com o povo verdadeiramente, amar o povo. E ficam divergindo, desencontro de Sedam, de Ibama, de ANEEL. Não estão preocupados conosco, não, pessoal, não estão preocupados, mesmo. Entendeu? Não estão preocupados. Não amam o povo, que nem foi aqui dito que alguém está preocupado com isso, alguém está preocupado com aquilo. Não estão preocupados. A gente queria dizer, deputado, que na Legislatura passada, realmente, infelizmente foi proposto aqui a se aprovar uma compensação, me parece, se eu estiver errado me corrija de 30 milhões para Jaci Paraná e um milhão de reais para cada

município de Porto Velho, de Rondônia, um milhão. Mas em cima desta situação dos atingidos pela cheia do Madeira. E aí? Se não me engano, quem foi realmente contra naquele momento, eu lembro foi o Deputado Adelino Follador. E aí será que será que Ariquemes, Ji-Paraná, Itapuã foram atingidos pela cheia do Madeira? Isso daí é um caso a pensar, isso é grave pessoal! Além de não ter nos ajudado em nada, as compensação não terem chegado a nada, famílias destruídas, famílias ainda hoje aí sofrendo, ainda estão tendo direito nas nossas costas. Vocês entenderam? Isso dá para pensar que eu tenho tempo muito curto, é lamentável que a gente ver uma parte tão técnica, tão bonita, necessária, mas aí toma todo o nosso tempo de nós nos manifestarmos, nós pobres. É dizer que é preocupante. Eu estive um dia lá com o Major Sanches, que desenvolve um belo trabalho na Defesa Civil Estadual, que se constroem dois monstros aqui em cima de Porto Velho de pessoas da cidade, e aí cadê a sirene? Cadê algum aviso para chegar lá na Teresinha? No seu Zezinho? Que eu conheço aqui no Baixo Madeira, e 'enes' famílias que estão aí? Cadê? Aí vem um cidadão, com todo respeito com ele, e aí diz: 'ah, que eu aciono o Sibar. Aí o Sibar eu tenho um controle, qualquer coisa se estiver complicado ali na Usina, o Sibar, aí eu aviso os funcionários'... Mas para chegar lá na ponta lá? Para chegar lá na ponta, para avisar o cidadão aí? Vai se acabar tudo! Os 'bacanas' de repente têm aqui um arranha céu pega o seu helicóptero e voa. E nós nos ferramos como o que aconteceu em Mariana, em Brumadinho. Meus irmãos isso aqui é sério! Deputado, eu gostaria que Vossa Excelência levasse também, dizer que nós estamos aqui em Comissão, desde 2014 tem uma Comissão formada pelo Governo do Estado. O Pastor Rozan um guerreiro, um lutador; Nágela e outros colegas do Baixo Madeira. Nós pretendemos também fazer participação disso aí. Que a sociedade civil nós pobres

nunca, só vamos ser ouvidos na hora de pedir o voto. Na hora de bater o tapinha nas costas lá é muito bom. Nós gostaríamos de participar disso aí. Parabenizar o João, o guerreiro também do MABE, conhecimento vasto. Muito boa a apresentação dele aqui. Mas é lamentável quando o cidadão vem dizer que... A gente vê os órgãos se chocando. 'Não sei, não vi'! O dinheirão está lá na conta todo mês. Ah qualquer diarizinha vai para lá. O outro pega um Sibar. Sibar se deu um problemazinho lá na Usina eu vou saber onde está. Não, meu irmão, é lamentável do jeito continua sendo tratados. A nova, se fala tanto no Brasil da nova política. Nova política até aí eu não vi chegar.

Deputado mais uma vez gostaríamos aqui o que foi que o senhor falou em relação ao Deputado Anderson, um guerreiro na defesa; Deputado Crispin, me parece que o Deputado Laerte também está preocupado. Mas não dá mais para aguentar isso aí. Nós como Comissão Pastor Rozan, nós temos que realmente mobilizar o povo. Só vai na porrada, meu irmão. Desculpe a expressão, senhores! Só vai porque a gente tem que mobilizar. A gente vai na ética, na educação, por favor, cidadão, educamente e aí vocês leva na brincadeira? Não é a minha praxe. Eu sou um homem sério, de levar a coisa séria. Falho, pecador, de repente aqui não coloca as palavras técnicas, que tem muitos senhores que colocam, mas estou aí para somar com a minha Comunidade. Que eu vejo o sofrimento dela desde 2014. Houve essa catástrofe aí, não se resolveu nada. Agora recentemente veio outra cheia, estão lá querendo se reerguer de novo. Acabou tudo de uma viúva lá, a Dona Lucele e enes pessoas. Acabou bananal, acabou mandiocal, e os bacanas só nadando. Ah! Meu irmão, eu não aguento mais, é de cortar o coração! É quem ama o povo verdadeiramente, é quem ama o povo. Agora quem ama o dinheiro fica com este lado aí. O meu muito obrigado. Desculpe aí algumas palavras aí.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Nós temos aqui o Major Tadeu Sanchez Pinheiro, também Coordenador da Defesa Civil Estadual. Depois a Flávia também lá de Jaci. Pode ficar mais perto aqui para adiantar.

Agora o Major com três minutos no máximo para que a gente consiga atender a todos os inscritos aqui. Depois nós temos o Carlos de Oliveira também, representante do Conselho Arquidiocesano dos Cristãos Leigos e Leigas.

O SR. TADEU SHANCEZ PINHEIRO - Bom dia Deputado, bom dia aos nobres que estão nos acompanhando aqui nesta Assembleia, aos participantes da Mesa. Nós enquanto Defesa Civil do Estado a gente tem tentado acompanhar e monitorar a cada um dos riscos que a gente é acometido aqui no Estado. Obviamente, existem graus de jurisdições, também, na Defesa Civil e a resposta a qualquer desastre, ela sempre vai funcionar seguindo essa hierarquia. A resposta inicial a desastres de quaisquer naturezas, ela sempre vai caber ao município. Inclusive, essa problemática que houve em Machadinho D'Oeste, foi justamente, por essa falta de contato com o município. Uma demanda que eu gostaria de deixar para o senhor enquanto Deputado, e a força que Assembleia Legislativa tem, é de verificar junto aos municípios, talvez, a AROM - Associação dos Municípios, a gente está à disposição para fazer isso. Só se descobre a falta da Defesa Civil quando se é acometido por um desastre. Aqui em Porto Velho, nós tivemos seis, mais de seis mil pessoas fora das suas casas, mas escolheu-se por bem, não decretar, por exemplo, situação de emergência e nem receber recursos Federais em função disso. Em Nova Mamoré, nós tivemos menos de 100 pessoas desabrigadas.

Tivemos em Nova União, também foi acometida por uma chuva muito forte e, também, foi reconhecida em nível Federal, a situação de emergência. São situações que foram comunicadas ao Estado, o Estado auxiliou aos prefeitos e esses prefeitos vão colher frutos, daqui a um ano, dois anos que seja, Nova Mamoré terá reconstruído algumas coisas dessa enchente de 2019, em função daquilo que nós podemos apoiar eles. Então, quando um Município como Machadinho, por exemplo, é acometido por um determinado desastre, e esse município não passa as informações que deveria passar, muitas vezes, ele deixa de arrecadar recursos que estão previstos, são repasses obrigatórios, desde que comprovada necessidade. Então, uma ponte que é muito importante para um dado município, essa ponte pode ser reconstruída a custo zero para o município, desde que se faça aquela parte anterior. Então, a gente tenta dar esse suporte aos municípios, a legislação mudou. E, antigamente era o Estado quem homologava as situações e decretos de estado de calamidade pública, hoje não é mais o Estado, é apenas o Governo Federal. Então, o Estado fica apenas assessorando. Então, a gente entra sempre com o suporte que nós enquanto Corpo de Bombeiros temos nos 15 municípios, com os nossos homens, com os nossos efetivos, com nossas viaturas, sempre para dar o maior suporte. A Defesa Civil tem a sua maior atuação sempre vai ser na prevenção. Então, prevenir aquilo como tem sido falado desde o começo é sempre o maior dos Desafios. Prevenir um desastre é sempre mais barato do que a gente responder a esse desastre. Então, a gente está à disposição enquanto Defesa Civil do Estado, estamos respondendo sempre de acordo com as nossas necessidades, em parceria com todo e qualquer município que nos solicita. Independente de nós termos quartel ou não naquela unidade. E, a gente vai trabalhar para verificar, inclusive, essa atuação. Já estamos planejando, por exemplo, agora estamos

saindo da cheia e já estamos com planejamento todo pronto para a parte das queimadas que já está chegando agora. Então, a gente trabalha durante o ano inteiro e trabalha dos 52 municípios. Então, nós nem terminamos de entregar todas as cestas básicas do Estado e já estamos nos organizando para se preparar para o período de queimadas, porque ele historicamente após um período de cheia muito forte, o período de estiagem subsequente é maior do que o normal. Então, a gente está à disposição da sociedade sempre, o Corpo de Bombeiros, para poder responder as demandas que nos são dadas.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Parabenizar o Bombeiro, que fez um grande trabalho, Defesa Civil lá em Ariquemes, também, que nunca, inclusive teve enchente lá também e graças a Deus conseguiram fazer um trabalho. Foi muito bom o trabalho.

Então, com a palavra Flávia de Jaci Paraná. E o Carlos Oliveira já pode chegar mais próximo...

A SRA. FLÁVIA - Bom dia a todos, e, cumprimento a Mesa também. Sobre o Plano de Segurança de Barragem, que é o motivo da Audiência. Foram colocados vários temas, o PAE e todas as obrigações que, realmente, tem que ter dentro do Plano de Segurança de Barragem. Eu estive lendo o Plano de Ação de Santo Antônio e lendo o Plano de Ação de Geral também. E, também lendo o Guia de Orientação das Propostas que Agência Nacional de Águas faz referente a esses planos de ação. Então, na Lei Complementar que é o 12.334/10, tem um artigo, o artigo 8, que é do Plano de Segurança, que deve conhecer o Plano que deve conter o Plano de Ação de Emergência que é o PAE. E, nele deve-se elaborar dentro do

PAE, ele deve ser elaborado o ZAS, que está dentro de uma orientação, de uma forma do Plano de Ação de Emergência. O que é o ZAS? É a Zona de autossalvamento. A proposta da Resolução da ANA referente ao PAE, que está essa Zona de autossalvamento, ela é definida para que esteja dentro do PAE. E, dentro deste dessa zona tem um limite de distância da barragem e de que maneira deve ser feita, muitas palavras foram colocadas aqui, que realmente sobre a comunidade que não é informada, de que maneira é passada e se ela tem conhecimento, deve-se adotar uma distância de 10 km para colocar, estabelecê-la ou o tempo de chegada de inundação no local, percorra 30 minutos para chegar até onde está um povoado, famílias que moram nestas áreas que possam ser atingidas. Dentro do relatório de Ação de Emergência da Santo Antônio, ela colocou que Porto Velho, caso de uma situação de emergência, de um problema sério de rompimento, a R7 e Porto Velho são as mais próximas, a R7 3,30 km; Porto Velho 7 km. A onda de água chegaria na R7 em cinco minutos, em Porto Velho em 10 minutos. Em Cujubim, que é mais distante são 40 km, a onda chegaria a 35 minutos e lendo da ESBR não entendi muito, mas, acho que a Defesa Civil, é uma situação que eu estou colocando para que a Defesa Civil e os órgãos competentes possam verificar um pouco mais esse Plano de Ação, de que maneira ele foi elaborado, a gente vê que a ESBR é uma empresa, a Santo Antônio é outra, trabalham dentro de um próprio reservatório, elas trabalham em certos conflitos e não se preocupa com a comunidade que está ali a volta e o que vai acontecer em uma situação de emergência.

Jaci-Paraná, indo pela BR para chegar a Jirau, são 34 km, realmente como ele está aqui. Mas, se colocar em linha direta vai dá uns 24 km. Eu não consegui entender que Jaci-Paraná com 34 km, a onda de inundação levaria 4 horas para chegar dentro de Jaci-Paraná, sendo que de Cujubim, de

Santo Antônio para Cujubim que são 40 km, chegaria com 35 minutos. Então são situações que devem ser avaliadas, realmente que pesos são esses, que medidas são essas, que números são esses que tem certa controvérsia de uma empresa para outra. As empresas, elas acostumaram a colocar que o povoado mora em beira de rio, mora em área de APP, mora muito próximo ao rio Madeira, ao Rio Jaci, mas, só que antes das implantações das usinas, esse povo já vivia lá. Esse povo tinha cultura dele e vivia dessa forma. Então, a responsabilidade seria das empresas. Antes de tomar essa iniciativa de encher os reservatórios, seria ter a responsabilidade com essas famílias que poderiam sim entrar nessa situação do Plano de Ação de Emergência. A comunicação na elaboração da ESBR, eu não contemplei a Zona de Alteamento, salvamento; contemplei que existiria uma equipe formada por um Comitê para tomar as iniciativas e também tanto Santo Antônio como Jirau teria o meio de comunicação, seria por formas, de formas de medidas sociais, televisão, internet. Têm lugares que não tem acesso a isso. Então, a Defesa Civil teria que observar um pouco mais esse Plano de Ação feito por esses dois empreendimentos e vê de que maneira poderia melhorar. Eu acredito que Santo Antônio Energia, Defesa Civil e outros órgãos competentes deveriam sentar junto e rever esse Plano de Ação, de que maneira ele pode ser trabalhado de uma maneira conjunta, para que a comunidade não venha a perder. Outra situação que me preocupou, por que assim, Jirau fala que, acontecendo alguma coisa com Jirau, algum acidente, Santo Antônio não vai ter interferência nenhuma, porque a água vai percorrer e vai chegar lá numa medida de 72,78. Para mim ou para outras pessoas que não têm conhecimento técnico, fica uma situação meio complicada. Santo Antônio acho que hoje já está na cota de 80. Então, são situações que precisam ser vistas e avaliadas. Jaci-Paraná, esse aí é

2011, essa foto, eu gostaria que vocês olhassem a ilustração dela, essa é a praia de Jaci, o rio Jaci-Paraná em 2011. E a comunidade de Jaci-Paraná vem sofrendo, o aumento do reservatório a cada ano, ele toma uma proporção. Jaci-Paraná está sendo, bem dizer, tomado de conta pelas águas do rio Madeira e pela água do rio Jaci, além dos problemas já existentes, dentro de Jaci, estudo IPT, prova que área dentro de Jaci está com grau de 8,7 de colapsividade, a Defesa Civil sabe o que é isso. É um grau preocupante para que se veja a posição, porque se o solo está colapsível e existe certa quantidade de água no subsolo e o reservatório está tomando conta, precisamos ter um pouco de atenção também sobre Jaci-Paraná como também em outras localidades que ficam próximas do reservatório. Eu não vi no relatório de ESBR sobre Mutum ou o reassentamento Vida Nova, se esses seriam atingidos por um caos na usina. Eu gostaria que ele passasse o vídeo, que foi feito agora dia 03 de março de 2019, que foi feito por um drone a real situação de Jaci-Paraná a cada ano de inverno que vem se passando, o cenário do lago aumentando. Aí vocês veem a ponte do rio, não tem mais passagem por baixo dela, como é determinada pelo DNIT, vai ter que ter elevação. Ali atrás vocês veem o rio Madeira, aquela água que está vazando é o igarapé que passa por trás também e a comunidade está ali no meio. Aí a pergunta nesse Plano de Ação: que tempo tem essa comunidade se vir acontecer algum problema? São cinco minutos, são dez minutos? Não tem uma sirene dentro do Plano de Ação da Agência Nacional de Água? Ela pede que tenha uma sirene. Como que em Cujubim leva 35 minutos para chegar água de Santo Antônio? E em Jaci-Paraná, de Jirau, que é mais próximo leva quatro horas? São situações que têm que ser avaliadas e muito revista, porque traçar um Plano de Ação, não preparar a Defesa Civil, não preparar a comunidade, como que ela vai agir, para onde ela vai

correr? Eu pergunto: para onde a comunidade de Jaci-Paraná vai correr se de um lado é o rio Jaci que sai, do outro lado está aqui a água de reservatório e o Rio Madeira em cima, vai salvar quem? Quanto tempo tem? Então, eu, Flávia, eu não me apresentei, acabei não me apresentando pelo tempo, quando me limita tempo, eu já fico preocupada, não vou conseguir falar, mas, eu sou Flávia, moradora de Jaci-Paraná, sou servidora pública, faço parte da militância do MAB, em Jaci-Paraná, estamos na luta, o que for necessário de luta para reivindicar os nossos direitos, da comunidade, nós iremos, na ação popular. Essa é a situação de Jaci hoje, então cada ano é uma situação, quem olha, que chega: "Ah! Jaci, não é nada. Não está acontecendo nada". Está acontecendo sim. Então, assim, eu estive esses dias com o Padre João Bosco; passei para ele a nossa situação, pedimos apoio, agradecemos também mais uma vez aqui o Padre nesse apoio em situação a nossa luta, porque a comunidade, ela perece. Em relação, não vou nem entrar em detalhes sobre a situação dos 30 milhões, já sei que está sendo um caos sério, que a gente vai entrar em outro mérito, mas, a situação de Jaci é muito séria e tantas outras comunidades que estão próximas da usina de Jirau, que é Mutum, é Vila Nova, que maneira essa comunidade vai reagir? Então, assim, tem uma área, você vê que a área está entrando na cidade. Então todo ano é esse cenário. Então, a nossa preocupação dentro de Jaci-Paraná além do reservatório que está engolindo Jaci-Paraná pouco a pouco, vocês viram a diferença do rio, além do solo que já está com grau de colapsividade sério, além da água contaminada que é 100% geral. Então, a comunidade precisa de socorro. Então, gostaria de pedir para todos que estão aqui representando essa Mesa que olhe com carinho para essas localidades, para essas comunidades, tanto Jaci quanto outras, Nazaré,

Calama, São Carlos, outras estão passando pela situação devido aos reservatórios.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Parabenizar a Flávia. Nós temos aqui também o Carlos Oliveira. Nós temos então já as propostas.

O SR. CARLOS OLIVEIRA - Bom dia a todos e todas. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Padre Valdecir, nosso Coordenador Arquidiocesano e já quero de antemão, Padre Valdecir, dizer que nós enquanto cristãos da Igreja também concordamos e estamos firmes nessa caminhada de que nós precisamos nos fortalecer a cada dia em relação a essas questões que estão sendo colocadas. Eu creio que é de conhecimento de todos de que essa temática da questão ambiental, a Igreja vem colocando na ordem do dia e já faz muito tempo, pegando como eixo central a encíclica Papa Francisco sobre a questão do meio ambiente, a *Laudato Si*, que seria inclusive, um documento que nós todos deveríamos conhecer, viu Deputado Adelino, porque ele lá, ele coloca claramente a problemática que está acontecendo no mundo e, sobretudo, na Amazônia e indiferente aqui no Estado de Rondônia a ação que o homem está fazendo e que está trazendo graves consequências, mas, são graves consequências, porque não é a natureza que está dizendo que está se revoltando contra as pessoas, contra a população não, é ação do homem que está fazendo com que as respostas da natureza sejam de acontecer esses desastres que estão acontecendo, porque quem tem consciência das coisas que são feitas, é o homem; é o homem que tem consciência e aí não adianta a gente nem entrar muito em detalhe porque o que a nossa colega aqui do MAB, lá de Jaci-Paraná colocou aqui, já é um fundamento básico para a gente discutir e vê que as apresentações, os dados, os números que são apresentados

pelos órgãos de controle são contraditórios do que a gente ver na prática do dia a dia, porque se Jaci Paraná que está ao lado de uma usina, tem problema no subsolo, tem problema de alagamento, tem problema de todas naturezas, esses números que são colocados são contraditórios no mínimo para poder sustentar a ideia de que o poder econômico está sobretudo e controla tudo. E nós não podemos entrar nessa lógica, nós não podemos bater palma por um sistema que vem a cada dia degradando a natureza humana, essa é a grande realidade. O Brasil hoje faz parte de um sistema em que o poder econômico manda e desmanda no Brasil, isso é a grande realidade e nós aqui no Estado de Rondônia, nós não podemos bater palma para esse tipo de coisa, nós não podemos ignorar a fala do João do MAB que está aqui, porque ele sabe e vive a realidade das comunidades que estão deixando de ser assistida quando acontecem os problemas quando vem os desastres. Nós tivemos em 2014 e até hoje nunca foi corrigido os problemas que foram causados em função de uma enchente. Meus irmãos, eu digo uma coisa para vocês; se nós não repensarmos a nossa atuação e como ser humano na terra, não vai demorar muito ela vai ter um colapso e nós todos vamos sair daqui, vai deixar de existir, essa é a grande realidade, nós temos que pensar a nossa atuação como ser humano; porque se não, nós vamos ficar aqui batendo palma, porque vai vir milhões aqui, milhões não se de onde e nós enchemos os nossos olhos por causa dos milhões. Só que na grande realidade quem sofre as grandes consequências é o pobre, é o miserável que está lá na ponta. Ver se lá em Brumadinho, por exemplo, morreu algum juiz, morreu algum político, morreu alguém que, algum dono da empresa? Não morreu e nem vai morrer e não vai morrer. O próprio dado colocado aqui pelo nosso amigo lá do Ministério de Minas e Energia; disse que se tivesse feito o cumprimento das recomendações anterior, tinha sido evitado o desastre lá de

Brumadinho. Mas não é feito por quê? Porque é omissão de tudo que é lado, isso é a grande realidade, é omissão do poder público, do sistema de controle, do Governo; eu me envergonharia como Secretário de Meio Ambiente do Estado de dizer aqui numa Audiência Pública, que eu tenho apenas um servidor para fazer a fiscalização e controle de não sei quantas barragens, é vergonhoso isso para nós e mais vergonhoso ainda é acreditar que nesse sistema atual nós vamos poder contrapor essa situação, dizer que a democracia está aí, que todo mundo participa. Então, vamos também, nós não podemos nos enganar em relação a isso não, nós temos que ir para luta, é na luta que a gente vai conseguir abrir os espaços que a gente precisa, porque a democracia hoje é para poucos; numa sociedade em que o Governo diz que a educação universitária é para um grupo elitizado, tira dois bilhões da educação, coloca as disciplinas, que eleva o nível de consciência crítica da sociedade, diz que não é importante; meus irmãos, nós temos que abrir nossos olhos para que mais para frente a gente não tenha surpresa piores. Muito obrigado, que Deus abençoe a todos.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Muito obrigado Carlos, representando aqui o Conselho Arquidiocesano dos Cristãos Leigos e Leigas, para nós é um prazer tê-lo aqui conosco.

Nós vamos aqui agora, nós temos uma proposta aqui, parece que o João que fazer uma observação rápida aí. Com a palavra.

O SR. JOÃO MARCOS DUTRA - Só algumas observações. Na apresentação da "SBR", ele enfatizou a importância do Plano de Segurança da conta das situações a jusantes das

barragens. Eu quero reafirmar aqui que os riscos com os quais o empreendedor tem que lidar inclui montante também. Não à toa, a gente tem uma área de risco a montante determinada pela ANA, de JIRAU, que é no distrito de Abunã, o termo técnico é: área de proteção contra efeitos de remanso do reservatório. Por quê? Porque as enchentes podem ser induzidas pela forma como as hidrelétricas são operadas, principalmente com as variações de preço no mercado de energia; quando a energia está cara, você soltar a água é perder dinheiro. E do que aconteceu de 2014 para cá na nossa avaliação eles não vão tomar tanto cuidado, porque eles até hoje não foram responsabilizados. E outra coisa; debate da Usina Fio d'Água. A gente tinha que parar com isso, Fio d'Água, é um modelo ideal, é um modelo teórico. A Política Nacional de Energia diz que hidrelétrica, ela é construída a partir da Bacia Hidrográfica.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Eu gostaria João, que fosse rápido, porque o pessoal precisa pegar o avião para Brasília, os dois convidados aqui.

O SR. JOÃO MARCOS DUTRA - Então, assim, toda usina há uma combinação de queda de água com fio d'água, se não fosse assim, a gente não teria aqui um paredão enorme de água represada até a Bolívia. Então, essa discussão de ser fio d'água ou não, ela não é interessante. Outra coisa é que, a Jirau, ela apresentou para as autoridades o plano de ação de emergência, mas, em todas as reuniões do grupo de acompanhamento social do Ibama, que é um dos poucos espaços onde os atingidos conseguem falar com a empresa, porque ela é obrigada a ir, foi insistentemente cobrada pelo próprio

Ibama essa apresentação do plano de segurança, porque a ANEEL, não estava cumprindo com a tarefa dela. E essa apresentação, ela foi sistematicamente negada, mesmo depois que eles já tinham elaborado o plano de segurança, e eles não se deram nem a preocupação de deixar esse plano no escritório que fica em Nova Mutum, ele fica dentro da hidrelétrica, num empreendimento onde a gente não tem acesso, lá é protegido pela Lei de Segurança Nacional, a gente não pode entrar. A Santo Antônio, da mesma forma, tem o escritório dentro da barragem e fechou todos os pontos de atendimento a sociedade na cidade, você não tem onde encontrar a hidrelétrica. Jaci tinha um ponto de atendimento, porque a gente ocupou o Ibama mais de oito vezes e obrigou eles abrirem de novo o ponto de atendimento. Teve até um evento no Ministério Público, promovido pelo Ministério Público, que seria para divulgar os planos de ação de emergência onde em cima da hora, alguns dias antes, depois de já ter confirmado, as empresas adiaram a apresentação. E a Santo Antônio, não está nem aqui hoje, a Santo Antônio, não se deu ao trabalho nem de vir, ela mandou uma pessoa para filmar para ela, para depois ela assistir, mas, ela mesma não veio aqui, não é? E assim, o mais sério, e que aqui na apresentação, o que a gente queria saber, por exemplo, qual é a zona de alto salvamento de Jirau? Quais são as comunidades? Que tipo de risco tem? Isso não foi comentado. E a fiscalização da ANEEL, realmente foi uma fiscalização de quatro paredes, porque eles não foram de helicóptero lá no Ramal Santo Antônio e no Ramal Primavera, onde tem famílias atingidas até hoje na área na APP de Jirau? Onde tem acesso aos lotes completamente inundados, onde o Ibama teve que fazer uma vistoria de helicóptero, para ir verificar a inconsistência dos dados do estudo de remanso da empresa, que não apresentava veracidade da situação do alagamento dos lotes

das famílias atingidas. E eu queria colocar aqui uma coisa que não foi dita, que os planos de ação de emergência no Rio Madeira, como Jirau e Santo Antônio, são dois empreendedores diferentes, eles vão ser elaborados de uma forma integrada, não pode um empreendedor fazer um e outro empreendedor fazer outro, eles tem que ser analisados em conjunto, porque a operação de uma usina depende da outra.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Temos que encerrar.

O SR. JOÃO MARCOS DUTRA - Só uma última coisa, para a Defesa Civil. A gente quer trabalhar junto com a Defesa Civil, essa é a nossa vontade. A gente em 2016; apresentamos uma pauta para o Prefeito Hildon, que a gente queria trabalhar junto o plano de ação de emergência, felizmente, ele não atendeu a gente, a gente teve que ocupar a Prefeitura agora no dia 14 de março, somente a ocupação da Prefeitura de Porto Velho, onde a gente queria conversar para se aproximar mais da Defesa Civil, que o Ministério Público Estadual, publicou no seu site os planos de ação de emergência. Desde então, de março para cá que a gente está podendo sentar, ler, estudar o plano. E a gente gostaria de por em prática junto com a Defesa Civil, a gente quer ajudar organizar as reuniões nas comunidades, o processo de capacitação, a gente que somar esforço para cobrar o empreendedor. Essa é a minha fala.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Agradecer, com certeza é muito esclarecedor. O Pastor Rozan, quer um

minuto; rapidinho então Pastor, representando os atingidos pela cheia.

O SR. PASTOR ROZAN - Boa tarde, não é? A gente está aqui deste a parte da manhã, ficamos ouvindo aqui aquelas mesmas falácias mais de uma hora, a gente tem um minuto quando a gente representa essas famílias. Eu queria só falar para o senhor...

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Mas, não é porque, o pessoal vão pegar o avião e não pode perder.

O SR. PASTOR ROZAN - Não, eu sei Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Tem os convidados e importante eles ouvirem aqui, não é falta de consideração não.

O SR. PASTOR ROZAN - Queria agradecer que se o senhor puder nos dar a oportunidade de participar também. A gente está aqui representando essas famílias, conseguimos com muita luta um Decreto do Governo do Estado, para representar essas famílias, aqui da jusante. Então, nossas palavras, tudo que foi colocado aqui, para mim fica como se fosse ao vento, nós participamos já de várias Audiências Públicas, várias, levamos pessoas para Defensoria, para o Ministério Público. Eu queria que só as pessoas que ficaram aqui, em respeito aqui as famílias atingidas pelas cheias, que a gente convidou ficassem de pé aí, tinha mais pessoas,

já foram embora. Então, assim, Deputado, a gente, nós, Mouro, levanta também, tem muitas pessoas que estavam aqui. A gente, foi citado aqui uma palavra que é o que eu vou falar aqui. Eu também; não adianta a gente falar sobre parte técnica, viu João, parte técnica quanto a Santo Antônio Energia, nem Jirau, não adianta. Então, a gente quer resolver só os problemas das famílias. São as indenizações que as pessoas, nós não confiamos no que foi dito de planejamento, de segurança. Eu também estive em Brumadinho passei 52 dias em Brumadinho. Então a gente não acredita porque quando foi dia 12 de fevereiro nós pedimos, falamos que o bairro do Triângulo e outras comunidades poderiam sofrer as consequências, as alagações e eles foram lá e disseram que não iria acontecer e cadê o bairro do Triângulo? Vão lá para ver se ainda existe alguma família. Então deputado não existe mais, só o bairro do Triângulo como São Sebastião. Aquele fenômeno de terra caída apenas acelerou muito mais, porque tinha muito mais era reposto a cada ano. Então assim tudo o que foi falado tecnicamente aqui, como foi falado sabiamente pelas palavras de um dos nossos amigos que falou, é totalmente diferente do que nós vivemos como comunidade. Totalmente diferente. Esses vídeos lindos. Apareceu até um vídeo bonito das Usinas aí em outros lugares, lindo, maravilhoso. Mas vão lá ver, mesmo. Eu convido vocês, os senhores deputados e os demais, a comunidade mesmo para vocês verem as casas destruídas, ver as plantações. Porque eles falam aqui que... desconsidere viu, o que o irmão aqui falou, o representante aqui das usinas de Jirau, que foi colocado por ele que eles não controlam. Controla, sim, ou então, não controlam mesmo, eles não tem controle de nada. Porque na verdade na segunda feira está cheio, na terça está seca, na quarta feira está cheio. Então a cheia hoje em dia é sem controle, é o que a gente vive hoje. Agradeço a oportunidade de um minuto, mas

a população está cansada. Nós fechamos a Santo Antônio, as três entradas, e vamos fechar novamente se não formos atendidos. Nós queremos só as nossas indenizações. Que vocês fiquem com a parte teológica da situação o que foi falado aqui tecnicamente, porque aqui tem várias pessoas capacitadas tecnicamente. Mas o povo não quer mais tecnicamente. A gente conseguiu 304 unidades habitacionais colocar essas famílias, graças a Deus o povo do Porto Madeira 3, o Porto Madeira 4, 500 casas no Cristal da Calama. Conseguimos recursos R\$10.000.000,00 em 2015 para colocar as outras famílias na área de terras e não construíram nenhuma casa. E se eu for falar é uma quantidade de coisas. A linha de crédito a gente conseguiu na força do povo com manifestação, inclusive nesta Casa de Leis, mas eu quero sempre agradecer a esta Casa de Leis que Vossa Excelência sempre nos ajudou, está aqui ajudando agora, mas eu quero falar com o Senhor; sente-se com a gente, com o povo, que nós vamos lhe falar o que nós queremos. Não queremos mais saber de parte técnica, para nós isso aí é entrar pelo ouvido e sair pelo outro deles. A gente apresenta duzentas páginas e eles já apresentam duas mil. E o povo como foi falado aqui o leite está derramado e estão querendo discutir quem foi que fabricou o leite, por que, e quem vai pegar indenização. Nós não queremos saber é o leite que iria para a criança que não chegou já que ele foi derramado. Só isso! E que esse leite tem que chegar que a criança está morrendo de fome, então nós estamos morrendo de fome. Eu estou morando de casa cedida, nós estamos cinco anos pagando aluguel, tem gente em barraca ainda. Finalizo a minha fala saber que o povo não está mais querendo saber de falácias. Então agora nós vamos nos mobilizar. E os representantes do povo é o povo que está aqui. Nós não temos esses movimentos aí. Só isso.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Agradecer Pastor por essas suas palavras com certeza a indignação é muito grande, e muitas vezes é patrolada as coisas, mas eu quero dizer ...

O SR. PASTOR ROZAN - A gente pode participar?

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Pode. Nós vamos colocar em votação a criação da...todos os inscritos foi dada a palavra, e agora inclusive foi o que se inscreveu agora. Todos foram inscritos. Então eu gostaria de dizer, eu queria propor aqui, o Deputado Anderson citou no começo aqui a criação desta Comissão, propor a Comissão Parlamentar para Plano de Defesa das Barragens de Rondônia. De repente criar para não deixar que a gente, vai dar publicidade de tudo o que nós discutimos hoje aqui, acho que é muito importante dar publicidade. A Assembleia Legislativa vai dar publicidade. E, além disso, nós vamos, eu quero deixar aqui uma indignação por parte da ANA, Agência Nacional de Águas, nós mudamos duas vezes aqui porque eles não poderiam estar presentes, nós mudamos a data a pedido deles. E mais uma vez falharam. Então eu quero agradecer, Daniel, por estar aqui representando o Ministério das Minas e Energias, mas a Agencia de águas era muito importante que estivesse aqui presente. Foi convidado e foram convidados muitas pessoas que não estão, muitos órgãos que não estão aqui que seriam importantes. Mas graças a Deus acho que foi muito produtiva. Eu acho que nós estamos aqui, tinha muita gente, mas muitas pessoas representativas aqui. E eu queria agradecer. Geralmente a gente reclama das pessoas que não vieram, mas a gente tem que agradecer as pessoas que vieram atenderam o nosso

pedido e dizer que a gente vai, é o começo de uma conversa. Não, começo não. É uma oportunidade de um trabalho e essa Comissão eu vou propor, inclusive o Deputado Crispin e o Deputado Anderson que estiveram presentes querem fazer parte. E depois nós vamos ver quem que pode fazer parte, as pessoas que representam legalmente as entidades para poder representar nesta Comissão, além dos deputados, depois nós vamos criar e vamos discutir junto com vocês. Mas, eu quero dizer que, para mim foi um prazer está aqui junto com vocês. Essa questão, Daniel, que você que está aqui de Brasília, o pessoal daqui já conhece melhor. Foram criadas essas usinas patrolando todo mundo, desrespeitando qualquer manifestação da população. Aqui em Rondônia, na região Norte é diferente do que na região Sul. Eu vim de uma região Sul, onde as hidrelétricas todas estão pacificamente, cumpriram todas as regras. Aqui, a gente vê o desbarrancamento desta terra, o terreno aqui é diferente, lá é rochoso, lá não tem esse risco que tem aqui. Aqui a todo o momento a gente vê essas avalanches, a gente vê. Isso dá uma insegurança a muita gente. Aqui tem empreendimentos aqui para baixo para aqui, que hoje já é metade do preço do que estava antes, porque o pessoal tem medo, desvalorizou uma parte de toda a Cidade de Porto Velho. Eu falei com pessoas que é do setor imobiliário aqui em Porto Velho, e eles têm dificuldade de vender nesses condomínios aqui dessa região, porque tem esse risco. Já surgiu aqui, já foi citada Santo Antônio, mas da Jirau já surgiu o vídeo aí que, eu acho que foi o Anderson que falou que esteve lá na Santo Antônio, dizendo que tinha risco, funcionário denunciando. E, isso cria um pânico, isso cria uma insegurança. Então, nós precisamos que o Ministério de Minas e Energia, que seja a ANA, que esclareça; que venha aqui. Agora, nós não podemos; a insegurança é muito grande, porque quando a gente fica sabendo aqui, que o Walter falou

que não tem nenhum geólogo lá no DNPM. Quando a representante do Sedam fala que só tem um funcionário, e agora foi criado porque precisava documento e não tinha ninguém que é assassinado. Então, foi criada uma representação para cuidar das barragens. E, tem só uma pessoa lá que é o motorista. Quer dizer, que quando ele sai não acha ninguém lá, quando ele está lá fazendo um laudo. Então, é uma insegurança muito grande, nós precisamos exigir, nós precisamos até, inclusive, encaminhar um documento para órgãos competentes, para que eles analisem melhor e veja a responsabilidade disso. Estão dizendo aqui, que tem 13 com risco alto aqui em Rondônia e não tem ninguém aqui, nem um geólogo para acompanhar, isso é muito grave. Então, eu acho que foi muito produtivo esta Audiência Pública, que a gente conseguiu, através de todas as falas, de toda a participação de vocês, para que a gente trabalhe para evitar um dano maior, para que a gente consiga. E, essa questão da irresponsabilidade que eu falo; no passado a Assembleia Legislativa e o Governador na época, o Prefeito de Porto Velho deu carta branca para essas usinas. Agora, nesses 80 centímetros, nós não autorizamos não, a Assembleia não autorizou e eu votei contra. Foi só para desafetar três reservas ambientais, que dependeu da Assembleia. Porque, no passado a Assembleia tinha dado carta branca, eles tinham tudo para fazer o que eles quisessem, se quisessem subir um metro e meio podia subir. Isso é irresponsabilidade no passado. Aqui era para ter saneamento básico em toda Porto Velho, 100%, cadê o saneamento básico. A maior emenda do Brasil era aqui em Porto Velho, não tem nem um metro de saneamento. Então, essas compensações. Tem uma UPA lá em Jaci-Paraná, que se constrói só em municípios com mais de 120 mil habitantes, está lá jogado, nunca inaugurou, os noiados já tomaram conta e destruíram toda a parte elétrica, está lá

abandonada. Então essas compensações, também, foram mal aplicadas, foi aplicado ninguém sabe aonde e gastaram o dinheiro e, principalmente, essa questão do saneamento que é promessa do Governo Federal, que 100% de Porto Velho teria saneamento básico. Nada vigorou, perderam o dinheiro, ficou protelando, protelando e não aconteceu. Então, com certeza, é uma reflexão. Para nós é um prazer, Daniel, que está aqui; o Valter que veio lá de Brasília também, representar o Senador que não pode estar presente, surgiu uma emergência, ele teve que viajar ontem. E, todas as pessoas que estão aqui representando. Eu quero agradecer de coração, e queremos então... Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública. Obrigado.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 12h32min)

(Sem revisão dos oradores)

